



ATA DA 113ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CADES

Aos 21/05/2009, sob a presidência do Sr. Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, realizou-se a 113ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 112ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Posse do Sr. Pedro Pereira Evangelista, como conselheiro titular, representante da Secretaria Municipal de Transportes.
3. Posse do Sr. Valter Luiz Vendramin, como conselheiro titular, representante do Departamento de Parques e Áreas Verdes da SVMA.
4. Posse da Sra. Rita de Cássia Ogera, como conselheiro suplente, representante do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental da SVMA.
5. Informe que encontra-se disponível para consulta no CADES, pelo prazo de 45 dias, até o dia 22 de junho de 2009, **Estudo de Viabilidade Ambiental** referente ao **Ramal Aéreo do Consumidor (RAC) da Estação Elevatória de Água e Adutora Guaraú-Jaraguá**. Empreendedor: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A
6. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do Dia:

1. Organização das Câmaras Técnicas e Comissões Especiais.
2. Exposição sobre o tema "A participação do Município de São Paulo no Programa Município Verde, pela Arquiteta da SVMA, Célia Kawai.
3. Exposição do "Inventário, Diagnóstico e Plano de Turismo das Áreas de Proteção Ambiental Capivari-Monos e Bororé-colônia", pelo Gestor da APA Capivari-Monos e Empresa contratada.
4. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

Anexos:

- Ata da 112ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
- Composição das Câmaras Técnicas do CADES, 2008/2009.

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente
Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável - CADES

Presidente Eduardo Jorge: Bom dia a todos. Vamos começar com a parte que não exige quorum e vamos avançando na reunião prevista para às 9 horas embora tivemos informação do conselheiro que o trânsito de São Paulo hoje está terrível. Passo a palavra para Helena Magozo que vai dar seqüência na pauta pelo expediente.

Coordenadora Helena Magozo: Bom dia a todos e a todas, nós vamos deixar então a votação da ata para quando tivermos quorum e vamos começar dando posse ao senhor Pedro Pereira Evangelista como conselheiro titular representante da Secretaria Municipal de Transportes, Pedro seja muito bem vindo!

Cons. Pedro Pereira Evangelista: Muito obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Vamos também vamos conceder a posse do Valter Luis Vendramin, como conselheiro titular representante do Departamento de Parques e Áreas Verdes da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, sintam-se acolhidos e empossados Valter. Posse também da Rita de Cássia Ogera, como conselheira suplente representante do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. Bem vinda Rita. Bom, eu queria dar 2 informes na verdade, o informe que encontra-se disponível para consulta no CADES pelo prazo de 45 dias, até o dia 22 de junho de 2009 do Estudo de Viabilidade Ambiental referente ao Ramal Aéreo do Consumidor - RAC, da Estação elevatória de água e adutora Guaraú-Jaraguá, o empreendedor é a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A, e eu preciso também dar o informe de que no dia 08 de junho de 2009 às 18 horas no auditório do Novotel, ao lado do Shopping Norte, nós teremos a Audiência Pública sobre o Aeroporto do Campo de Marte? Então isso eu queria reforçar. Agora vamos para o ponto de sugestão para inclusão de pauta nesta reunião.

Cons. Ângelo Iervolino: Bom dia! Ângelo da Sociedade Ambientalista Leste – SAL. Bom dia Sr. Presidente, companheiro da mesa, Dr. Eduardo, nós da SAL estamos encaminhando um ofício, no qual solicitamos que este conselho tenha participação na questão da coleta de resíduos sólidos, pelas questões que estão acontecendo na cidade, tem acumulado muitos materiais que estão indo pro aterro, nesse últimos 3 meses aumentaram de 15 a 20% dos resíduos que estão seguindo para o aterro. Fora isso também a questão de como está sendo operacionado o sistema. Então eu acho que seria de bom que este conselho, estivesse presente nessa discussão, a gente dá até sugestão de criação de uma Câmara Técnica. Eu estou encaminhando um ofício que está bem explicado, é meio longo. Outra questão seria a respeito, de um trabalho que a gente fez, nós estávamos na Câmara Técnica do Expresso Cidade Tiradentes que foi feito na gestão passada e com essa comunicação, essa que saiu na mídia, de mudança de modo de operar, creio que isso aí deverá voltar aqui para esta casa para ser discutido. E a questão também da duplicação da Jacú-Pêssego que nós fizemos todo o acompanhamento, Câmara Técnica, e estava prevista audiência pública antes do carnaval e depois não tivemos mais notícias a respeito.

Coordenadora Helena Magozo: Acho que foi da Iguatemi, da Estrada de Iguatemi, não da Jacú-Pêssego.

Cons. Ângelo Iervolino: Da estrada do Iguatemi. É, desculpa, da Estrada do Iguatemi, é só isso, obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Bom, a gente tem a previsão da Secretaria de Serviços apresentar a política de resíduos na próxima reunião, então eu acho que vai ser o momento oportuno para se discutir também a questão de Centrais de Triagens da Coleta Seletiva e eu acho que realmente deve ter outro licenciamento. O novo modelo, a nova proposta do Expresso Tiradentes deve voltar para a Secretaria do Verde com certeza, e a informação da SIURB sobre a questão da audiência pública não ter ocorrido da Estrada do Iguatemi. A gente acredita que tenha até relação com essa nova, com esse novo modelo proposto para o Expresso Tiradentes, mas nós vamos pedir informação oficial. Bom, nós chamamos hoje os titulares e os suplentes, acho que a estratégia não foi muito bem sucedida, mas os que vieram muito obrigado, sejam bem vindos. A idéia é que nós estamos com o número grande de câmaras técnicas, nós temos preocupação com agilidade dos licenciamentos, das avaliações e estão se

concentrando nas mesmas pessoas todas as análises, estudos, tal. Então algumas questões que a gente já detectou, é que não há uma articulação entre os titulares e os suplentes. Isso é muito importante, porque isso otimiza o tempo do titular e do suplente, o suplente se organiza, se o titular, suplente quem pode vir, quem não pode vir, não cabe a nós essa organização, mas que haja uma articulação de tal maneira que quando o suplente venha, ele venha não só para cumprir uma necessidade formal, mas que ele saiba do assunto e vice-versa. Então essa tem sido a nossa preocupação, nós estamos abertos para mudanças que garantam maior participação e esse que foi o motivo, então nós vamos mandar para todo mundo por e-mail o motivo dessa chamada e o que a gente conclama é que o maior número de pessoas participe das câmaras técnicas, se houver qualquer impossibilidade por algum motivo, que nos tragam para que a gente possa enfrentar e uma outra coisa também importante, as pessoas que se inscrevam que realmente participem, porque o que acontece, que as pessoas se inscrevem, não comparecem e o que acontece é que tem problema de quorum, então realmente quem se inscrever, considerando tudo isso que eu coloquei, participe, porque senão a gente não resolve também se inscrever e não vir ou não poder vir; e a Mary só vai mostrar aqui, , quais são as câmaras técnicas que estão em andamento.

Assessora Mary Lobas: Vocês já receberam por e-mail, então acho que a maioria já conhece, mas a Câmara Técnica de Parcelamento do Solo, nós tivemos que dividi-la em 3, por conta de vários projetos que entraram e como a Helena falou os mesmos conselheiros, então ficou a de parcelamento, ficou o Aeroporto de Congonhas, que já está em fase de terminar os trabalhos, o Campo de Marte que nós vamos iniciar agora, formou uma nova Câmara Técnica, nova não, permaneceram os que já do Aeroporto de Congonhas por conta do conhecimento acumulado do Aeroporto de Congonhas, então permanecerão os de Marte, e há a nova que entrou, que é a, o Subestação Piratininga, que é essa, ver se alguém se interessa em entrar mais nessa Câmara Técnica e Parcelamento ainda tem a reclassificação industrial, então na verdade são 4 câmaras, 4 subgrupos de parcelamento. Então a que está mais defasada, que não começaram os trabalhos, é a subestação Piratininga, as outras já estão mais consolidadas. Essas não estão em funcionamento, a de RIVI é uma câmara técnica bem consolidada, tem esse a não ser que alguém tenha mais interesse em participar, então a que nós estamos mais trabalhando agora são as de parcelamento, com os 2 aeroportos, reclassificação e Piratininga e as comissões especiais. Nas comissões nós estamos com a do cemitério, a de antena de celular e de poluição do ar. Na comissão do cemitério temos por enquanto inscritos o DECONT, o do sindicato, SMA e estamos aguardando uma indicação da CETESB que ainda não indicou, que a comissão, solicita alguém da CETESB participar e que ainda não indicaram. Quem tiver interesse em participar ou dividir com o suplente, nós faremos as inscrições. Lembramos que na mesma câmara técnica ou comissão especial não pode participar o titular e o suplente, a não ser que venha como convidado e ele estava no de Marte, mas agora você saiu, Moliterno, então você pode, podemos colocá-la sem problemas.

Coordenadora Helena Magozo: Agora nós vamos passar para o outro ponto de pauta, a ordem do dia que é a exposição sobre o tema: "A participação do Município de São Paulo no Programa Município Verde", pela Arquiteta da SVMA, Célia Kawai.

Célia Kawai: Bom dia a todos. Eu sou Célia Kawai da Secretaria do Verde e Meio Ambiente e vou fazer uma apresentação sobre um Programa que se chama Município Verde, que é um programa da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e do Estado, que tem por objetivo estimular a participação dos municípios na política ambiental e ele propõe uma certificação ambiental dos municípios de São Paulo, esse é programa de adesão voluntária, são 645 municípios do estado dos quais 332 participaram na versão de 2008. Na realidade acho que se inscreveram quase 500, mas só 332 chegaram a apresentar um plano completo, este programa exige uma inscrição voluntária e uma participação que consiste na apresentação de um plano de ação do município, esse plano deve seguir ou atender a temas levantados sobre estas 10 diretivas que estão aqui apresentadas e que foram escolhidas como questões mais relevantes que dariam um retrato mais claro da questão ambiental de cada município, a primeira questão então é a do esgoto, eu vou, como se trata de uma exposição, de um plano de ação bastante extenso, eu tentei fazer um resumo, tentando ser mais concisa possível e nesse resumo eu estou apresentando aqui para vocês, um texto e eu vou fazer uma apresentação super rápida apontando as questões principais. Eu gostaria de esclarecer que a gente acabou solicitando esta

apresentação no CADES, por conta de que um dos itens tinha avaliação desse programa, é a apresentação deste programa ou do plano de ação do município para o conselho de meio ambiente do município, então razão pela qual a gente acabou solicitando que se incluísse isso na pauta. A primeira diretiva é do esgoto tratado, eu só vou levantar as questões principais, vocês vão ver que no texto está um pouquinho mais desenvolvido, mas se precisar de uma explicação maior eu até tenho o plano completo que eu poderia depois passar pra vocês, até porque acho que como são 10 diretivas e a gente tem pouco tempo, eu vou ter que apresentar bem rapidamente, então o objetivo principal é o de elevar o índice de tratamento de esgoto do município, e para tantas estratégias como programas principais que a gente tem, a gente tem aí o projeto Córrego Tietê e o programa Córrego Limpo, no projeto Tietê, a gente tinha como metas primeiras o aumento de uma elevação até 2008, uma elevação de um índice até 70% e agora de 2008 pra cá até 2015 que é a terceira fase desse projeto, a meta é aumentar até 80%, o projeto Córrego Limpo ele está abrangendo 104 córregos e já foram até, a meta até 2010, nesse programa já foram, sofreram intervenções quase metade desse número, passando para o lixo mínimo, o objetivo é diminuir a deposição de resíduos em aterro e de ampliar a coleta seletiva, isso como objetivos maiores, os programas, ações do município para cumprir esse objetivo seriam essa questão da negociação do crédito do carbono e aplicação dos recursos em melhoria ambiental, a gente já teve dois leilões que apuraram cerca de 50 milhões e esses recursos estão sendo aplicados em recuperação ambiental nas áreas que sofrem um impacto dos aterros Bandeirantes e São João, depois a segunda seria a captação de metano e transformação em energia elétrica, implantação de parques em aterros desativados, a gente já tem alguns projetos em andamento, instalação de ecopontos e um programa de educação ambiental, acho que uma outra coisa que devia, que eu acho que cabe salientar, é que existe também uma intenção de nessa ampliação de coleta seletiva, de se aumentar o número de equipamentos, até para melhorar a recuperação, a reciclagem desses materiais e também a idéia de se fazer programas sociais, programas de inserção social com o pessoal de coleta seletiva, é, programa de geração de renda para catadores. A terceira questão seria a recuperação de matas ciliares, a idéia é de fato de recuperação de mata ao longo de córregos e de rios, a idéia agora acho que nova para 2009, até 2008 foi de recuperação de mata ciliar como o do município como um todo, a idéia para 2009 acho que é de separar as matas ciliares urbanas, quer dizer, das áreas ciliares urbanas das ciliares em área fora de área urbana, em área que seria área rural, com o objetivo então de melhorar e de se fazer de fato plantios e fazer projetos de recuperação dessas áreas, não só de matas ciliar propriamente ditas, mas também de nascentes, então o que se solicita são projetos ou instrumentos para chegar a esta recuperação. Objetivos de controlar enchentes, de criar áreas de lazer, de criar áreas de ligação entre áreas verdes e áreas livres e como estratégia a gente poderia apontar o próprio Plano Diretor Estratégico, onde a gente tem algumas zonas, que a gente pode apontar especialmente as ZEP's, que são as Zonas Especiais de Preservação, que foram garfadas em cima de todos os parques municipais, eu não sei, todos os parques, é outra linha de estratégia seriam os parques lineares, temos uns 50 parques lineares, dos quais, temos 7 já entregues e 30 com projetos em andamento e a outra ação seria a criação de unidades de conservação. Temos listado as principais unidades de conservação e as propostas de inclusão de novas áreas, tem uma ação bastante intensa neste sentido. O item de arborização urbana, que seria de ampliar a cobertura vegetal urbana. Temos como planos, o plano de arborização urbana, que é um plano que a gente tem em andamento desde 2005, o projeto dos 100 parques que estão também em andamento, temos hoje efetivamente 51 parques com alguns centros entregues ainda proximamente e uma perspectiva de cumprir esta meta até 2012. O projeto Zeladoria de Praças, que é um projeto voltado para conservação e manutenção de Praças Públicas, contratação de zeladores num programa de inclusão, de pessoal, programas de renda e outras ações são a de produção de mudas nos Viveiros Municipais. Temos 3 viveiros hoje e um quarto em projeto para ser implantado no parque Anhangüera e implantação do SISGAU, que é um Sistema de Gerenciamento de Árvores Urbanas, que traria dados para a gente de distribuição, localização da vegetação, estado sanitário e que teria, vamos dizer, daria instrumentos de planejamento para o poder público. A outra diretiva de educação ambiental, que é de promover educação ambiental para a convivência e sensibilizar os cidadãos para a convivência sócio-ambiental, como estratégias, a gente tem, na realidade o que se pede no Município Verde é que haja efetivamente uma educação ambiental como conteúdo que permeie transversalmente o currículo escolar. As ações da Secretaria neste momento são as de difusão da Carta da Terra dentro a gente tem um trabalho junto da Secretaria de Educação divulgando a carta na rede escolar municipal. O

programa de Ambientes Verdes e Saudáveis que ocorreu agora entre 2001 e 2008, a Escola de Jardinagem com vários cursos que são oferecidos tanto cursos de capacitação, como cursos de extensão para público em geral; O Planetário e a Escola de Astrofísica. O Planetário tem uma atuação bastante grande no ano passado, em 2008 ele atendeu cerca de 160.000 pessoas. Tem um programa especial com a Secretaria de Educação para levar escolas, crianças de ensino fundamental e médio para assistir as sessões do planetário; e a UMAPAZ que é este espaço que tem uma série de atividades, cursos voltados para a questão ambiental e da cultura da paz. Acho que os dois itens na realidade é inserir critérios ambientais nos projetos e obras da municipalidade e também difundir esses critérios e incentivar a utilização desses critérios em edificações realizadas no município. Como estratégias a gente tem aí a instalação do comitê de mudanças climáticas de ecoeconomia, que discute estas questões e a aplicabilidade delas e legislação municipal. Nós poderíamos apontar algumas ações da municipalidade neste sentido, que seriam a regulamentação de utilização de madeiras, de origens certificadas de origem legal. A administração está adotando algumas medidas nesse sentido de proibição de utilização de mogno, de programas de utilização de materiais que tenham processos produtivos menos poluentes, produtos que podem ser reciclados, enfim, existe uma série de leis que foram já promulgadas tentando cobrir este objetivo. Uso de água, o objetivo então é de melhoria de qualidade de água e basicamente eliminar desperdício de água. Para isso a gente tem 3 programas principais, que são o Programa Pura, o Programa de Redução de Perdas no Abastecimento e o Programa de Defesa das Águas. O Programa Pura, o município tem um convênio para aplicação deste programa em edificações da administração pública, acho que são 130 edificações que estão incluídas neste programa. O programa de redução de perdas no sistema de abastecimento, a gente tem até alguns dados, a perda é bastante grande, acho que dois milhões e meio de ligações e a perda atual é de 500 litros por ligação e a meta é a redução disso para a metade. E o programa de defesa das águas, que é um programa de recuperação de áreas degradadas, áreas que foram invadidas, são então programas de desfazimento e de recuperação dessas áreas que foram recuperadas. Vamos ver a outra diretiva, a poluição do ar que seria a redução de emissão de gases de efeito estufa na frota veicular, redução de emissão de CO₂ e incentivar transportes menos poluentes dentre outros objetivos. As estratégias principais seriam da inspeção veicular que a gente já iniciou agora em 2009, expansão de rede de trólebus e corredores de transporte coletivo, ampliação de ciclovias e tem uma regulamentação de diesel, de fornecimento de diesel com menor teor de enxofre. Eu acho que a gente tem esses programas já em andamento numa tentativa da gente reduzir essa poluição. A outra diretiva, que é de Estrutura Ambiental, que seria de ter uma estrutura dentro do governo municipal que cuide desta questão ambiental para atender estes objetivos. Temos no caso de São Paulo a Secretaria montada para atender a todos estes objetivos de planejar as atividades de defesa do meio ambiente, manter relação técnico-científico, com outras entidades e estabelecer critérios para otimização de ações do meio ambiente com órgãos do SISNAMA, são acho que os objetivos principais. Eu gostaria de colocar como estratégia, então a reestruturação da Secretaria do Verde, que já foi aprovada em lei de início deste ano, a criação dos conselhos regionais e de meio ambiente que já está também em andamento. No nível das subprefeituras são 31 conselhos e temos implantados 18 desses conselhos que estão em funcionamento. A implantação de 10 núcleos de gestão descentralizada e a criação de carreira de especialista em meio ambiente que também já foi realizada, está sendo feita a contratação desses técnicos, foi feito um concurso e está em curso a contratação desses técnicos e por último a questão, é o próprio conselho, a existência de um conselho ambiental, que é de colaborar, emitir pareceres sobre políticas, planos e programas, projetos e obras com impacto no meio ambiente e propor e emitir pareceres sobre legislação de proteção ao meio ambiente como objetivos básicos. Como ações, a gente tem um conselho, que foi transformado no conselho, agora, paritário entre o poder executivo e a sociedade civil, isso já foi também no bojo dessa reestruturação já foi promulgado isso e a criação dos conselhos regionais de meio ambiente que a gente já mencionou que vão ser feitos no âmbito de cada subprefeitura. Eu gostaria de esclarecer que estas diretivas, elas foram selecionadas para aferir esta questão ambiental em todos os municípios. Um problema que eu acho que existe no caso desse Programa Município Verde, é que temos municípios com dimensões, população, problemas de ordem muito diferentes. Vocês imaginem que existem municípios em São Paulo com 10.000 habitantes e municípios com mais de 10.000.000 de habitantes e o critério para fazer a certificação do município é exatamente o mesmo, então isto mostra um pouco o tamanho do problema, como aferir a ação efetiva do município numa política ambiental, com realidades tão diversas. Eu gostaria de apresentar um

pouco, quais foram os critérios que eles colocaram e as dificuldades que nós tivemos para atender isso aí. Eu peço desculpas por ter feito a apresentação do plano de uma forma tão corrida, mesmo porque eu acho que estou passando para vocês um resumo e se vocês precisarem, eu me disponho a apresentar o texto maior dele, mas eu acho que é interessante a gente verificar, as questões que foram colocadas para avaliação de realidades tão diferentes. Nos critérios de avaliação, foram colocadas estas questões. O primeiro critério de avaliação seria do indicador de atendimento a cada diretiva. Vamos mostrar depois o que eles consideram como critério de atendimento a estas diretivas que vão dar uma pontuação e a pró-atividade do município em cada item, ou seja, mesmo que ele não atenda ao critério do indicador, ele pode apresentar ações que indicam uma intenção do município, de atendimento disso, ele pode estar ainda em etapas ainda para chegar ao atendimento de cada item. E por último, um critério que foi colocado, o critério na verdade de pontuação é dado pelo indicador e pela pró-atividade, são notas diferentes, agora, a existência de passivo ambiental ou de alguma pendência, é o contrário, ele debita notas, ele desconta notas que foram dadas pelo município. No caso do município de São Paulo fomos bastante penalizados, então nas notas, recebemos num primeiro momento, a centésima colocação. Reclamamos, fomos atrás para entender o porquê que a gente tínhamos sido penalizados, conseguimos recuperar uma revisão em alguns itens, com essa revisão chegamos numa nota 74; mas eu gostaria de salientar que tivemos 22 pontos, não, 20 pontos que foram debitados por conta da existência de passivo ambiental, protestamos com relação a isso, estamos tentando discutir com a Secretaria porque a gente achou que é uma coisa injusta, porque se temos esse passivo indicado, é exatamente porque temos uma ação, estamos correndo atrás, estamos registrando, estamos de fato registrando todos os problemas que existem e estamos correndo atrás de criar mecanismos para solução disso, agora, o nosso passivo ambiental, ele é imenso, se formos considerar por exemplo contaminação de postos de gasolina, só isso dá um volume imenso e que aumenta a cada dia. Os TACs que foram feitos em cima disso podem estar ainda em número reduzido, mas o fato é que estão sendo feitas análises, estão sendo feitos projetos de recuperação, existe efetivamente uma ação neste sentido. Esses TACs que temos que resultaram nessa penalização são de corte irregular de árvores e de basicamente de coisas apontadas pela CETESB. O passivo foi apontado basicamente pelo DPRN e pela CETESB. Eu vou passar agora quais são os critérios de avaliação em cada item, até para podermos entender um pouco, no caso do esgoto tratado. Seria esse indicador que é um índice que é dado pela própria CETESB e como no caso o esgoto é tratado no caso pela própria SABESP. Existe todo um índice e estamos atendendo a isto, e a pró-atividade eles consideram então estações de tratamento de esgoto que estejam em projeto, ou sendo implantadas e a quantidade e os TACs que tenham sido já realizados ou feitos, tratados. Neste caso não tivemos, acho que é uma coisa que independe de uma ação, vamos dizer, direta do município. A outra diretiva, a do lixo mínimo, que é o índice de qualidade de aterro, que é o IQR que também é calculado pela CETESB e como a pró-atividade, eles estão considerando todos os programas que tem de coleta seletiva, legislação que trate desta questão de lixo, de incentivo a reciclagem, reaproveitamento de resíduos sólidos na construção civil, por exemplo, ações, acho que eles estão com foco em 2009 muito voltado para reaproveitamento de resíduos de construção civil. O próximo item que é o de recuperação de mata ciliar, os indicadores seriam programa municipal áreas ciliares, de recuperação de áreas ciliares na zona rural e na zona urbana. Não temos um programa específico para recuperação de matas ciliares, mas temos alguns programas de proteção aos mananciais, o Defesa das Águas, os Parques Lineares, todos estes programas acabam de certa forma indiretamente contribuindo, ou diretamente contribuindo para cumprir esta diretiva, entretanto não temos um programa específico, eu não sei como eles vão fazer com esta pontuação. A revitalização de margens, de áreas marginais aos corpos d'água e a existência de uma cobertura vegetal natural tendo como referência esses 20% de área total do município. N município de São Paulo hoje temos efetivamente uma cobertura vegetal de 20%, então estamos cumprindo essa diretiva. Eles dizem como uma cobertura geral incluindo tudo, reservas, áreas particulares e tudo mais e como pró-atividade, eles medem a existência de viveiro de mudas. Os critérios para avaliação da arborização urbana e a existência de um plano de arborização, um índice de área verde urbano, eles estão tomando como referência os 12 metros quadrados por habitante e legislação que obrigue a uma implantação de arborização nos novos parcelamentos, no caso acho que cumprimos o plano de arborização, temos ele já em andamento desde 2005, o índice de área verde urbana, acho que não conseguimos chegar nestes 12 metros quadrados, mas tem várias questões para melhorar este índice. Essa exigência de arborização nos novos parcelamentos é por conta do

empreendedor, acho que isso é uma coisa que cabe esclarecer e existe essa exigência e como pró-atividade essa existência de viveiros, temos já os 3 viveiros em funcionamento e um quarto viveiro em projeto. Eu posso ver a próxima diretiva? Da educação ambiental, então, que é uma legislação municipal, instituindo a educação ambiental transversal no currículo escolar da rede pública. Temos a existência de espaço para educação ambiental que eles consideram no caso destes espaços específicos até espaços de bibliotecas, etc, ações de ecoturismo, um calendário de datas comemorativas relativas ao meio ambiente e implantação do projeto pedagógico Criança Ecológica. Eles colocaram essa diretiva, esse último item, por exemplo, implantação do projeto pedagógico Criança Ecológica, é um projeto que o estado está fazendo para crianças da rede escolar estadual, é um programa de visitas a parques estaduais urbanos, dentro desse programa, temos o parque Villa Lobos, o zoológico de São Paulo, enfim, o projeto do Rio Pinheiros, que é Projeto Pomar, eles na verdade fazem agendamentos de visitas de alunos de escolas da rede pública estadual para as crianças de 8 a 10 anos e eles estão colocando esse item, como um item de pontuação e estamos alegando que é uma coisa para São Paulo. Se nós colocarmos a rede pública municipal neste programa, vamos acabar com esse agendamento deles. Por outro lado, vale como diretiva para municípios muito pequenos, temos um problema muito grave, estamos tentando argumentar no sentido que temos programas próprios para este fim. Mas a pontuação efetivamente vai ser dada nisso daí. Para vocês terem uma idéia, no ano passado, essa questão o primeiro item da legislação municipal instituindo educação ambiental transversal, eles pediam que como comprovação dessa diretiva apresentasse um atestado de associação de pais e mestres, dizendo que, o currículo atesta isso. Argumentamos que não teria condições de apresentar desta forma, o currículo está transversal, publicado, é oficial, mas eles diziam que não, que a gente teria que de fato apresentar isso e a única solução foi fazer uma portaria do Conselho de Meio Ambiente de São Paulo, atestando a transversalidade. Então quer dizer, se por um lado atendemos a várias diretivas tranquilamente, por outro temos dificuldades de atender a questões que eles colocam, porque eles colocam de uma forma a atender municípios muito pequenos e aí a temos dificuldade de atender formalmente da forma como eles exigem. Outro item que temos dificuldade também é no próprio calendário comemorativo de dias relativos a questão ambiental. Esse calendário, eles pedem que seja uma lei, uma legislação formulando este calendário e criando vamos dizer comemorações ou ações nestes dias. A pró-atividade é considerada nas ações de capacitação de dirigentes e professores da rede municipal. O próximo item, por favor, que é o de Habitação Sustentável, eles pedem então legislação que estimule o uso de madeira legalizada de origem comprovada. Quanto da exigência de cadastramento no CADMADEIRA para a participação em licitação pública, de fato, nesse primeiro item conseguimos atender, no segundo temos dificuldade bastante grande porque este CADMADEIRA é um cadastro das empresas que se filiam demonstrando que eles tem madeira legal de origem comprovada, legal e de origem comprovada mas é um cadastro bastante reduzido e o que eles estão solicitando, é que isso seja estendido a todas as obras, dentro do município, que é uma questão que sabemos que você pode até fazer uma legislação neste sentido mas que vai ser uma coisa completamente inviável, mas eles estão exigindo que exista esta legislação, como item de pontuação. E como pró-atividade implementação de técnicas que reduzam o uso de recursos naturais e é um pouco estranha esta pró-atividade considerada no item habitação sustentável, porque eles entram também com estas ações que corrigem irregularidades ou inadequações de ocupação urbana, como ocupação em áreas de mananciais, programas de desfazimento em áreas de mananciais são considerados como pró-atividade dentro dessa diretiva e implantação de ciclovias e transportes alternativos. O outro item, por favor, que é o uso da água, os indicadores são então estes programas municipais de combate ao desperdício e participação do prefeito em reuniões de comitê de bacia, porque eles querem assegurar que o prefeito realmente participe dessas políticas, que ele esteja ciente disso. Isso é outro problema que nós não tem como atender aqui em São Paulo e a pró-atividade seria a existência de normas para proteção de mananciais. O outro item por favor, que é o de Poluição de Ar, o indicador seria a inspeção veicular obrigatória e como pró-atividade ações voltadas para a redução de emissão de gases de efeito estufa, acho que isso aí é um item tranquilo. O outro item por favor, que é o da estrutura ambiental, que é constituição por lei de uma estrutura, no caso a gente tem uma secretaria específica, eles dizem que eles fazem estas exigências porque existem situações em que os municípios muito pequenos eles tem só uma sessão, vamos dizer uma divisão que trata da questão ambiental normalmente dentro de alguma outra secretaria e como pró-atividade a capacitação de agentes públicos municipais, e por último, vem o Conselho Ambiental que o indicador é

a existência de um conselho paritário e a comprovação do funcionamento do conselho, que dizer, não adianta só criar, mas apresentar a comprovação de que ele existe, apresentar atas de reuniões, etc... Então é isso, eu informo de novo que essa reunião se deveu muito a essa necessidade que a gente tem até de fazer esta apresentação desse plano do Município Verde para o Conselho e agradeço a atenção de vocês e estou à disposição para esclarecer qualquer dúvida.

Coordenadora Helena Magozo: Vamos abrir para, os questionamentos. Badra, Moliterno, Iervolino, Badra, por favor.

Cons. Jorge Badra: Bom dia a todos, queria cumprimentar a todos, o Sr. Secretário, a Célia, é um prazer vê-la novamente...

Coordenadora Helena Magozo: Badra, só para a gente combinar a regra do jogo, as pessoas fazem perguntas e depois a Célia responde em bloco.

Cons. Jorge Badra: Tá. Viu Célia, não seria nem pergunta apenas uma observação para todos, principalmente para o nosso Secretário, dos 645 municípios, 365 hoje são operados pela SABESP. Dr. Gesner que é o presidente, esteve conosco numa reunião há 15 dias atrás e nos confessou que dos municípios que ele opera, apenas 65% tem o esgoto tratado e que a água de reuso hoje não chega a 3%, então a pergunta é nos municípios que a operadora, que a concessão é da SABESP, com é que nós vamos fazer para conseguir essa pontuação? Ou seja, isso é impossível, então acho que realmente a senhora tem razão, tem que reconsiderar essa pontuação porque os municípios aonde a SABESP opera vão ficar reféns da SABESP. Se a SABESP não fizer a lição de casa, automaticamente o município não vai pontuar. Então eu acho que fica meio complicado, meio contraditório, então isso aí eu acho que isso é uma coisa que merece uma melhor atenção, até para que não só o município de São Paulo possa ter a condição de se classificar, como os demais municípios também, era só.

Cons. Marcos Moliterno: Bom dia Sr. Secretário, bom dia colegas, bom dia Célia, eu também não tenho perguntas é só para complementar. Eu participo do grupo de trabalho de áreas contaminadas da Câmara Ambiental da Indústria da Construção e nós fizemos uma pesquisa coisa de um ano atrás nos municípios do estado de São Paulo, qual tinha uma secretaria de meio ambiente que não fosse a própria secretaria de obras e se alguém no município tinha conhecimento sobre a questão de áreas contaminadas e a resposta eu não vou divulgar aqui, porque é vergonhosa, então eu acho assim, caracterizar São Paulo, penalizar São Paulo porque trata da questão da contaminação de áreas e passivos ambientais é um dos propósitos, então acho que temos elementos para mostrar que São Paulo não está condição tão atrás quanto eles colocam. Outra colocação que eu gostaria de fazer, é se esse lixo urbano, o termo lixo urbano veio da Secretaria Estadual ou é nosso, que se for nosso acho que poderia mudar: lixo mínimo.

Célia Kawai: O lixo mínimo. Sim. Sim.

Cons. Marcos Moliterno: Claro, claro.

Célia Kawai: A diretiva foram eles, o nome das diretivas foram eles que...

Cons. Marcos Moliterno: O que me dá um medo tremendo desse projeto quando já começa assim.

Cons. Iervolino: Eu fiquei contente porque o item que fala do lixo mínimo vem em encontro do ofício que hoje entreguei ao Presidente da mesa para melhoria do sistema de coleta de resíduos e uma preocupação grande, apesar de que a Célia no fim acabou falando, é a questão dos RCC, Resíduos da Construção Civil, que hoje acresce os pontos de depósito desse material, inclusive nesse documento que eu entreguei ao secretário, têm fotos de locais a beira da calçada, pessoal deixando esse material, e a gente, principalmente na zona leste, tem trabalhado muito nessa questão de implantação de uma usina de triagem do material de construção civil, mas a gente esbarra uma por falta de espaço, quando acha espaço, licença para poder instalar o equipamento e mesmo parceiros que queiram estar fazendo este trabalho. Outra questão, a questão do esgoto tratado, é impressionante, principalmente na

periferia, córregos que hoje são verdadeiros esgotos a céu aberto, eu acho que na periferia, o que mais ocorre é isso: pequenos córregos que hoje talvez pelo tudo que vem acontecendo, a nascente é distante, quase não tem mais a água, é somente despejo de esgoto direto. Então eu acho que isso vem bem a calhar, e eu acho que a cidade de São Paulo tem muito, porque tem cidade no interior que está mais desenvolvida que nós nestas questões, obrigado.

Cons. Sourak: Eu acho assim que enquanto uma política para estimular os municípios a estar adotando uma agenda ambiental que eu acho que esse é um grande problema não digo só do estado de São Paulo, mas do Brasil inteiro, é que os municípios comecem a internalizar essa agenda, que é uma agenda difícil, não tem recursos e nós precisamos fazer com que os municípios de alguma maneira venham a funcionar dentro do SISNAMA. O Ministério de Meio Ambiente desenvolveu uma política, que foi o Plano Nacional de Capacitação com o intuito de fazer com que os municípios capacitassem técnicos e criassem seus sistemas municipais. Em certa medida, essa política do ministério do meio ambiente funcionou. E eu acho que a política aqui do estado de São Paulo, do Protocolo Verde, ela tem uma intenção muito boa, mas ela tem algumas derivações que merecem uma reflexão desse conselho, que ela depende juízos, certo, e esses juízos não estão colocados de uma forma metodologicamente adequada, principalmente quando a gente não faz essa divisão correta por população, por exemplo. A gente divide as cidades por porte, que nós sabemos quanto maior o número de pessoas ocupando o espaço, maiores problemas ambientais teremos por questões do uso de recursos naturais, isso é fato. Nós que somos dessa área sabemos disso, então acho que carece talvez até uma manifestação desse conselho no sentido de solicitar já uma revisão da metodologia da abordagem das diretivas e de como é que você faz esse julgamento, então eu tenho essa proposta para o conselho.

Cons. Antonio Cunha: No capítulo do Lixo Mínimo, eu quero saber como é que vocês vão combater a máfia do lixo.

Presidente Eduardo Jorge: A sugestão do Sourak, acho que é muito pertinente. Se o Conselho acatar a sugestão dele, nós poderíamos ter uma ou duas pessoas encarregadas com a Célia, para preparar uma moção deste tipo e trazer para a próxima reunião. É uma contribuição para o próprio governo do estado, porque realmente é muito difícil, por exemplo, na feira, imagine se a gente estivesse na feira agropecuária, uma comissão que fosse julgar a beleza e a qualidade dos produtos tomate, cebola e batata, como é que iria classificar? A gente aqui mesmo na prefeitura de São Paulo que cria também ranques desse tipo, também é alvo de críticas assim, porque, por exemplo, na premiação das subprefeituras que mais plantaram a cada ano, a gente tem premiado São Mateus, Itaquera, Itaim, que tem áreas muito mais amplas e disponíveis para plantar e a subprefeitura de Pinheiros, vem sistematicamente reclamando, porque ela embora tenha uma equipe bastante esforçada, ela nunca consegue chegar no patamar de 8.000, 9.000 árvores plantadas, pinheiros imagine como é que você vai plantar 9.000 árvores por ano em Pinheiros. Esse é o problema dos ranques, mas eu sempre sou favorável, apesar dessas injustiças entre aspas, que se participe, porque isso dá transparência e a possibilidade de acompanhamento da sociedade civil desses processos, é o princípio do IDH da ONU, índice de desenvolvimento humano, por exemplo, que todo ano tem sido publicado pelas Nações Unidas. No nosso caso particular, eu acho que houve realmente distorções desse tipo, você ter o atestado da Associação de pais e mestres nós temos 1350 escolas e alguns municípios tem 2 escolas, uma escola, como é que você ia conseguir algo desse tipo e nós fomos penalizados porque não tínhamos esse atestado da APM em relação a questão da educação ambiental, quando se sabe que a secretaria municipal tem esse componente incluído nos currículos e que a Secretaria do Meio Ambiente e a Secretaria de Educação nesses últimos anos, fez o maior programa de divulgação da Carta da Terra não de São Paulo, mas do mundo inteiro, foram 800 escolas que passaram por um trabalho em relação a Carta da Terra. O secretariado da ONU que fica em Costa Rica, que, aliás, é uma brasileira, esteve aqui conosco, esse foi o maior programa em relação à Carta da Terra do mundo, não foi do estado de São Paulo, e isso não se enquadrou no figurino de pontuação, porque a gente não tinha o atestado da Associação de Pais e Mestres, passamos apertado por causa disso, perdemos ponto por causa disso, mas acho que o Governo do Estado acho que vai melhorando, aperfeiçoando este processo espero, e a secretaria é favorável que apesar destas distorções, a prefeitura continue participando desse processo, afinal de contas, falou bem, e a própria Regina sabe disso, nós temos tanto do governo do estado,

quanto do próprio pessoal da Regina, um acompanhamento de áreas contaminadas de fiscalização e agora estamos multando de forma bastante severa as podas criminosas de árvores com multas altíssimas e isso vai acumulando o tal do passivo ambiental porque nós procuramos, quem não procura não acha, não acha não registra, não registra e não ganha ponto, então é uma coisa engraçada isso. Mas o que eu queria concluir dizendo que as secretarias aqui representadas poderiam ser um porta-voz junto a Célia, que acredito deve continuar com o Helio Neves acompanhando esse processo, aliás o Helio Neves foi homenageado como um dos gestores de implantação do Município Verde neste dia, o nosso chefe de gabinete. Então eu acho que o Helio Neves e a Célia devem continuar acompanhando isso, e as secretarias aqui presentes deviam ser o interlocutor, muitas coisas dependem de outras secretarias, esta questão do lixo, por exemplo, depende muito da Secretaria de Serviços, então é importante que a pessoa responsável e representantes tenham um diálogo e ajude o Helio e a Célia neste processo para atender as exigências do governo estadual e finalmente o fato de ter ficado na septuagésima posição não é tão ruim assim, são 650 municípios, nós estamos praticamente entre os 10% melhores, 70, 65, então, não é uma má classificação, é claro que São Paulo sempre quer ser o melhor em tudo mas nem sempre ele pode, então ficar entre os 10% eu acho bastante razoável, município de 11.000.000 de habitantes, o centro do capitalismo brasileiro com todos os seus passivos gigantescos, ainda consegue ficar entre os 10% melhores municípios do estado de São Paulo, eu não acho ruim, acho uma coisa razoável, mas nós vamos melhorar esse ano, vamos ver, aliás o representante do Governo Estadual não está aqui, mas é bom que vai ser o porta-voz dessa nossa moção que nós vamos votar no próximo mês.

Coordenadora Helena Magozo: Bom acho que deveríamos só deliberar sobre aquela sugestão do Sourak, de uma manifestação do Conselho em relação a uma adequação dos critérios de avaliação, a metodologia, às características do município. Daí então se parte para a proposta que na próxima vez a gente submete ao Conselho. Os conselheiros que são favoráveis a esta proposição permaneçam como estão. Então está **aprovada** essa proposição. Sourak, eu só peço para você se conectar com a Célia para viabilizar, muito obrigado. A Célia vai dar um fechamento.

Célia Kawai: Eu só gostaria então de solicitar uma coisa. Devemos apresentar um novo plano de ação do município para 2009, isso vai acontecer agora na metade do ano até final de Julho provavelmente teremos que ter esses dados já em mãos. Na verdade eu já enviei para vários representantes de várias secretarias solicitações de informações e de atualização. Estou tendo algumas dificuldades na área do lixo, eu contatei já o pessoal de reciclagem, não recebi retorno até agora, da parte da Secretaria da Educação, eu contatei já a Conselheira Emirene. Solicitaria para vocês um esforço no sentido de agilizar e de fornecer estes dados com antecedência porque a gente precisa consolidá-los num plano e isso requer um certo tempo nosso. Então é isso, eu só estou pedindo para agilizar, e quem tiver contribuições efetivas para fornecer eu realmente solicito o favor de me contatar.

Coordenadora Helena Magozo: Nós vamos mandar para os conselheiros o seu e-mail para quem estiver interessado também participar e você passar para os conselheiros a proposta que na próxima Reunião a gente submete ao Conselho, obrigada Célia.

Cons. Iervolino: Helena, uma questão de ordem, no caso a sociedade civil também poderá estar presente?

Coordenadora Helena Magozo: Todos os conselheiros, por favor, Iervolino.

Cons. Iervolino: Tá ok.

Coordenadora Helena Magozo: Todos os Conselheiros, titulares e suplentes, quanto mais contribuição mais rico e melhor vai ser o resultado. Nós vamos passar para a discussão e votação da Ata da 112ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação da ata, permaneçam como estão, uma sugestão? Então a **Ata da 112ª Reunião Plenária Ordinária do CADES foi aprovada por unanimidade**. Agora nós vamos passar para a exposição do Inventário Diagnóstico e Plano de Turismo das Áreas de Proteção Ambiental Capivari-Monos e Bororé-Colônia. Nós teremos a participação nesta apresentação, primeiro introduzindo e contextualizando com a Anita

Correia de Souza Martins que é Diretora da Divisão de Unidades de Conservação, o Leandro de Oliveira Caetano que é Gestor da APA Capivari-Monos, também ele é servidor da DUC – Divisão de Unidades de Conservação da SVMA, e a empresa que foi contratada para o inventário, que é a empresa Ruschmann Consulting. Ela foi contratada para desenvolver o inventário, diagnóstico e plano de turismo das APAs Capivari-Monos e Bororé-Colônia, então pela empresa nós vamos ter a fala do Fernando Henrique Souza que é consultor especializado, pela Caroline Bordini, que é gerente do projeto e pela Doris Ruschmann que é professora coordenadora e ela que coordenou esse projeto. Então por favor.

Presidente Eduardo Jorge: Só uma observação para a Célia. Um dos itens que se passou aqui era a questão do Ecoturismo. Então é bom já computar esse e outro trabalho que está sendo feito em conjunto com a SPTURIS, agora inclusive fizeram uma visita no final de semana, e também os projetos do FEMA, então você já tem 3 itens em relação ao ecoturismo, vê se satisfaz lá ao Governo do Estado.

Anita Correia de Souza Martins (Diretora da Divisão de Unidades de Conservação/SVMA):

Bom dia a todos, eu sou Anita Correia de Souza Martins Diretora da Divisão de Unidade de Conservação do Departamento de Parques e Áreas Verdes da Secretaria do Verde. Gostaria inicialmente de agradecer a Coordenação do CADES pela oportunidade de apresentar formalmente esse trabalho desenvolvido pela empresa Ruschmann Consulting, a partir das orientações técnicas da Divisão Técnica de Unidade de Conservação e Herbário. Foi um trabalho iniciado ainda em 2007 para elaboração deste Termo de Referência, o Secretário mencionou a SPTURIS numa outra ação com relação ao turismo, esse termo de referência foi todo elaborado conjuntamente junto aos técnicos especialistas da SPTURIS e os técnicos também especialistas em turismo, da nossa equipe dos quais um fará um histórico, que é o Leandro, que é o gestor da APA Capivari-Monos, sobre este histórico das ações de turismo que culminaram na verdade na contratação desse diagnóstico. As justificativas para contratação desse trabalho se referem e principalmente por uma necessidade de organização de uma série de ações, estudos, diagnósticos, de várias fontes, desde moradores locais, até as universidades que atuavam na região e isso precisava ter um trabalho profissional de sistematizar essas informações, georeferenciá-las de forma que a gente tivesse a possibilidade de integrar esse trabalho ao plano de manejo da unidade de conservação que é uma obrigação legal da Lei 9985 de 2000 que regulamenta a criação e gerenciamento das unidades de conservação, que é o Sistema Nacional de Unidade de Conservação. Então a gente iniciou os trabalhos em 2007, em 2008 houve um processo de licitação pública e a empresa Ruschmann foi a vencedora do certame e deu início aos trabalhos de desenvolvimento de inventário, diagnóstico e plano de turismo. Participaram e acompanharam esse trabalho todas as entidades da sociedade civil local representadas nos conselhos gestores das unidades de conservação das 2 áreas de proteção ambiental localizadas na zona sul do município que é a área de proteção ambiental Capivari -Monos que abrange uma porção significativa, 2/3 da Subprefeitura de Parelheiros e a Área de Proteção ambiental Bororé-Colônia criada recentemente no ano de 2006 que abrange território das duas Subprefeituras Capela do Socorro e Parelheiros. Esse trabalho teve então uma participação efetiva da comunidade e também das secretarias municipais que integram os conselhos gestores da mesma forma que a sociedade civil de forma paritária. Eu vou pedir então agora que o Leandro faça esse histórico de como essas ações se iniciaram, no ano que se iniciaram, para depois a empresa faça a apresentação sobre a metodologia e os resultados deste trabalho, obrigado.

Leandro de Oliveira Caetano (gestor da APA Capivari-Monos/SVMA): Bom dia a todos. Senhor Secretário, Eduardo Jorge, Bom Dia! Senhores conselheiros, convidados, visitantes aqui da Reunião do CADES, meu nome é Leandro de Oliveira Caetano, trabalho na Secretaria Municipal do Verde do Meio Ambiente na Divisão de Unidade de Conservação, sou o gestor da APA Capivari-Monos. Apesar do trabalho que nós vamos apresentar se referir as 2 unidades de conservação da categoria APA lá do extremo sul, no sul do município, que é a Capivari-Monos e Bororé-Colônia. Eu sou gestor de uma delas, mas vou falar das duas. Em 2002 com a formação da 1ª Câmara Técnica desse Conselho, apesar da APA ter sido criada em 2001, no dia 9 de Junho de 2001, vai fazer agora aniversário no mês que vem através da Lei 13.136, o conselho só foi constituído em 2002, realmente ele foi consolidado em 2002 e a sua primeira câmara técnica, salvo engano, acho que foi a primeira mesmo, não é Anita? Foi a de turismo. A primeira porque foi uma demanda inclusive da sociedade civil, que o assunto principal a ser tratado nesse conselho, pelo menos naquele momento seria a questão do turismo, lá em 2002. Diversas parcerias foram formadas, uma das principais foi com o SEBRAE para a questão do

desenvolvimento do turismo na região, e no passar dos anos surgiram algumas iniciativas locais bem interessantes como a constituição de algumas associações locais, a gente teve pelo menos 2 que a gente pode destacar aqui que é a Associação dos Empreendedores de Ecoturismo da APA Capivari-Monos, a Ecotur que inclusive também teve um projeto aprovado no FEMA e a segunda foi a Associação dos Monitores Ambientais da APA Capivari-Monos, conhecida como AMOAPA, também formada só por monitores que moram na região, são todos monitores locais. Isso foi um grande avanço e também algumas sociedades na forma de empresas, por exemplo, Na Trilha do Bicho, uma empresa que tem esse nome mas também é formada por moradores da região da APA, eu estou citando estas, porque todas elas tiveram uma participação direta com o trabalho que daqui a pouco a Ruschmann vai apresentar para a gente. Agora também no início desse ano, em fevereiro, o SEBRAE lançou um catálogo dos roteiros turísticos da zona sul, da região sul do município de São Paulo, APA Capivari-Monos e APA Bororé-Colônia, esse é o nome completo do catálogo que também foi resultado de todo este trabalho que vem sendo tratado nos Conselhos Gestores. Em 2006 surgiu a APA Bororé-Colônia e também já criou a sua câmara técnica de turismo, depois a gente foi para um processo de integração dessas câmaras, hoje elas trabalham bem integradas até para otimizar o trabalho, porque sabemos, estamos falando para um Conselho, eu também estou falando de um conselho e sabemos como é a questão de reuniões constantes. Já tem a reunião ordinária do conselho, as extraordinárias, depois as das câmaras técnicas, ainda têm 2 câmaras técnicas, uma em cada unidade de conservação, então a gente optou por unir, como o assunto ele é o mesmo. Os projetos FEMA, também, que hoje a gente tem, salvo engano a maioria dos projetos que a gente tem hoje é na área de turismo sustentável, na linha temática de turismo sustentável, então a gente tem projetos desde do desenvolvimento do turismo na região para capacitação de monitores e formação de uma malha dos empreendedores de ecoturismo que é este que eu citei da Ecotur que foi o primeiro aprovado no edital específico para as APAs até turismo como esse que eu trouxe o catálogo aqui para vocês, um folder, depois eu vou distribuir, que terminou agora esse mês de Abril, Turismo e Universo Guarani, foi um projeto que foi proposto, a associação proponente é a Associação Guarani Tenondé Porã lá da aldeia mais conhecida como Aldeia da Barragem, teve seu projeto aprovado, trabalhou durante um ano no desenvolvimento deste projeto e está aqui, o resultado extremamente satisfatório da organização do turismo na aldeia até o outro projeto que também foi aprovado agora que chama Turismo Étnico, vai trabalhar a questão das religiões afrodescendentes que é uma outra característica forte da nossa região, e eles vão trabalhar esta questão do turismo étnico, isso só para mostrar assim para os conselheiros que não conhecem a região, ou que não tiveram a oportunidade ainda de ver uma apresentação do espaço, do território que a gente está falando de São Paulo, para ver como é variável, com é bem diverso as manifestações que existem na região e como demanda o trabalho de turismo que resulta em 2 volumes gigantescos como esse aqui que eu trouxe para quem tiver interesse de dar uma olhada, essa parte física do trabalho mas que tem um resultado muito mais interessante pelo menos no meu ponto de vista, que não se resume a este trabalho que vai ficar disponível para consulta tanto desses volumes como também na internet, a gente vai hospedar na internet todos os arquivos que montam esses volumes para consulta. Já estamos recebendo várias e várias solicitações para acessar esse material para embasar, diagnosticar, para embasar e justificar projetos do FEMA do Edital nº 6 que se encerra agora no dia 29 de Maio. E por fim, a gente teve a contratação, como a Anita explicou, da Ruschmann Consultores que venceu a licitação, que elaborou esse produto, foi um ano de trabalho, o corpo técnico da empresa vai apresentar agora com mais detalhe, não quero antecipar a parte deles, mas foi um ano de trabalho, que não foi um trabalho fácil como um todo, mas que teve vários momentos de sucesso, como a gente teve também problemas que tiveram que ser superados, mas muitos sucessos que inclusive não estavam previstos no início do trabalho, como uma contratação de vários monitores da região, vários monitores locais, coordenado por pessoas da região essa equipe, para fazer uma revisão, não um pente fino, mas olhar com a cara de quem é de lá, não tirando a competência da empresa, a empresa que venceu a licitação, a empresa é de fora da região que vai desenvolver esse projeto e aí mostra muito mais a meu ver, o profissionalismo de uma empresa que faz um tipo de trabalho como esse, se volta para as pessoas que trabalham lá, contratam essas pessoas, essas pessoas passam a incorporar o corpo técnico da equipe, então convido agora Doris Ruschmann para vir aqui e falar em nome da empresa e apresentar quais os técnicos que vão apresentar o trabalho para vocês e no final a gente fica aqui a disposição para esclarecer algumas dúvidas, se alguém quiser olhar o material, está aqui comigo, não deixem de pegar depois o folder da

aldeia, e quem tiver interesse em visitar a aldeia e conhecer o projeto interessante como esse, tá ok? Muito obrigado.

Doris Ruschmann (Empresa Hushmann Consultant's): Bom dia a todos, Sr. Secretário, os conselheiros, os convidados, os participantes, é um prazer muito grande para nós da empresa Ruschmann de nós termos sido classificados nessa licitação e nós desenvolvemos esse trabalho neste período que hoje se conclui e a gente tem muito prazer de apresentar isso aqui, eu gostaria principalmente de ressaltar digamos esse espírito de equipe que cercou todo esse trabalho, o Leandro sabe, a Anita também, a gente trabalhou muito bem juntos, inclusive com a comunidade participando, a comunidade da região, os monitores foram os que conduziram os consultores e que como falou Leandro, foi o olhar da região e a gente entrou então com a técnica e as formas de turismo e as proposições então para esta APA. Se o senhor puder passar, por favor. Eu sou Doris Ruschmann, a Diretora da empresa Ruschmann Consultores, que foi a vencedora da licitação. Eu vou depois apresentar a Caroline que foi a gerente do projeto e o consultor Fernando Henrique, que foi o consultor também que nos deram apoio enquanto empresa, mas também com o apoio dos monitores. Aqui é uma cena da Represa Billings. Quem mora em São Paulo nem sempre lembra que nós temos uma represa tão bonita e que têm espaços bonitos, limpos e agradáveis e que isso se pode aproveitar principalmente agora, digamos num momento de crise onde as pessoas não querem ou não podem viajar para fora de São Paulo. Nós temos dentro de São Paulo uma área maravilhosa como essa. Temos como objetivo, proporcionar uma visão de longo prazo para o fomento do turismo, a gente agora mesmo estava falando de ecoturismo e de turismo sustentável, hoje em dia a gente já não distingue mais, porque é obvio que quando a gente fala num plano de desenvolvimento, a gente está falando em turismo sustentável e que ali dentro acontece dentro de uma área natural ações do turismo de natureza, ou não necessariamente turismo, porque o turismo são aquelas pessoas que vem de fora e pernoitam na localidade ou na cidade e ali naquelas APA's nós temos muito mais pessoas que vem fazer a recreação naquelas áreas, mas também identificamos pessoas de fora. Então a gente tem por objetivo, primeiro, proporcionar uma visão de longo prazo para o fomento do turismo e que não fosse, e que não serão atividades imediatistas porque com o meio ambiente, a gente tem que cuidar hoje, amanhã depois e sempre. Então nós temos ações de curto prazo, a gente propôs ações de médio prazo e também de longo, e muitos de longo iniciam no começo no curto prazo, principalmente eu dou o exemplo a capacitação, o treinamento de pessoas que treina hoje e estão pronto e mesmo educação como um todo e começa aos 7 anos e termina aos 25, 28, 30. Então promover também a região com ligações aos circuitos regionais de turismo, que entra do projeto do ministério do turismo que é o programa da regionalização do turismo, então este circuito e as 2 APA's também entram no circuito de São Paulo do ministério do turismo. Promover um processo de desenvolvimento estruturado e monitorado para os equipamentos turísticos. Já acontecia, já acontece a visitação turística no local, muitas coisas já acontecem, agora, a proposta dessa licitação, a proposta desse projeto, era organizar isso, arrumar isso, para que isso ocorra de uma forma sustentável e sempre monitorada para que a gente perceba, aconteceu alguma coisa errada, que se previna ou que se corrija imediatamente. Que não se deixe o problema crescer, porque na medida em que ele cresce pior ele fica, se a gente conseguir monitorar e identificar num curtíssimo prazo pode-se tomar atitudes neste sentido. O outro objetivo é garantir a inclusão das comunidades locais dos processos de planejamento, desenvolvimento, implementação e compartilhamento dos benefícios gerados na área. Isso já acontece em parte, criando uma comunidade indígena, essa participação das pessoas o Leandro já ressaltou e foi muito saudável para o projeto. As pessoas são da área, conhecem a área, sabem o que acontece na área, sabem o que é bom, sabem o que é ruim, o que já está acontecendo, isso também facilita muito para nós, enquanto empresa consultora porque nós temos as coisas estruturadas, nós já sabemos o que está acontecendo e onde literalmente estão os problemas, então nós não precisamos passar um ano dentro da APA para fazer tudo isso, apesar de que nosso projeto foi bom, levou mais de ano e foi muito interessante, então estas comunidades, não só as comunidades indígenas, mas as outras, moradores da região e das Subprefeituras foram incluídas nos projetos e foi muito produtivo. O outro objetivo foi reconhecer que todo desenvolvimento turístico tem custos e os benefícios para as comunidades locais devem ponderar esses custos. Quando falamos de ecoturismo de uma área natural, uma área de proteção ambiental como essas duas pessoas pisaram em algum lugar, pronto, já impactou e já houve uma ação de pisoteio. Como é que nós evitamos isso, mas aqui também tem custos para as comunidades, então sempre as pessoas falam não mais o turismo prejudica a cultura,

que o turismo destrói a cultura, não é o que vem acontecendo. Eu mesma posso falar da minha cidade Blumenau, que toda a cultura alemã estava se perdendo no pós-guerra de vergonha, porque havia muitos alemães lá, eu inclusive, sou 50% de origem alemã, mas o idioma, as coisas estavam se perdendo, aí começa um evento como o Oktoberfest, hoje nós temos até a 5ª série nas escolas municipais o ensino do alemão, voltou de novo o orgulho étnico, por exemplo a gente chegando em comunidades que tem uma área tão bonita, então deles terem orgulho desta área e terem o orgulho de mostrar, então dentro desse foco a gente vê, e a receptividade da comunidade vem melhorando e a comunidade fica ansiosa porque ela quer se favorecer, ela sabe que tem custos a pagar, ambientais, mas eles tem também oportunidades para atuar na área e serem partícipes deste processo. E aqui nós estamos mostrando fotos da região, assegurar um aumento nas receitas do turismo, que o consultor o Fernando vai falar depois os empreendimentos que a gente encontrou lá e principalmente assegurar a utilização sustentável, a conservação e a gestão dos recursos naturais, eles estão lá, são maravilhosos, essa parte de mata atlântica que está dentro do município de São Paulo, que nós temos a oportunidade de preservar, de proteger e de usar e de fazer uso recreativo e turístico para o bem da população de São Paulo, então eu renovo, eu gostaria que os meus consultores falassem também das suas atividades, eu chamo a Carol para fazer a continuidade.

Caroline Bordini (Empresa Hushmann Consultant's): Bom dia a todos. Como a minha atuação neste projeto foi a parte gerencial e também unida a uma parte técnica de levantamento de dados secundários, eu gostaria de expor as fases e o processo em que se desenvolveu este trabalho. Inicialmente conforme previa o termo de referência e que nós nos debruçamos, identificamos diversas metodologias, fizemos uma triagem de diversos aspectos para chegar a um plano de trabalho apresentado já no mês de março de 2008 para a Secretaria do Verde, que foi apresentado também para os conselhos gestores, foi discutido, retificado na verdade, incrementamos, recebemos sugestões e ele foi aprovado no mês de março mesmo. O segundo programa produto previsto são as ferramentas de trabalho, as ferramentas de coletas de dados, nós buscamos conciliar todos os trabalhos nas APA's com as atividades do Ministério do Turismo, como há hoje um programa em desenvolvimento para se fazer um inventário turístico uniformizado de maneira que todas as informações sobre destinações turísticas mantenham o mesmo padrão, nós buscamos essa unificação e hoje as APA's tem um banco de dados, um inventário bastante dinâmico, que pode ser alimentado a qualquer momento, que ele pode ser consultado por diversas pessoas, conciliado com esta metodologia do Ministério do Turismo. No terceiro momento, nós apresentamos o relatório de dados parciais, o primeiro relatório de dados parciais esse relatório ele foi com base em dados secundários, como existia muita informação produzida sobre as APA's em universidades, na própria Secretaria do Verde, em instituições diversas, nós fomos atrás e a gente ouviu do Leandro o termo que existia muita informação, mas ela estava pulverizada e foi isso mesmo que a gente encontrou, então em cada instituição, em cada local que nós íamos, nós encontrávamos alguma informação relevante e sistematizávamos essa informação, com base nesses dados secundários, nós fizemos uma primeira triagem, um primeiro relatório de resultados. O segundo levantamento foi com base nos dados primários, ou seja, nós formamos a equipe de campo, como foi falado nós contamos com o apoio fundamental, imprescindível das pessoas locais, dos monitores locais, da agência que faz os pacotes na região, nós realmente tivemos essa sinergia, nós conseguimos um trabalho bastante positivo com as pessoas da região, enfim, com todos os percalços de chuva, de tempo, que são normais a um trabalho de campo, nós tivemos um bom resultado quanto a estes dados primários, verificar *in loco* cada equipamento, cada atrativo natural, cada atrativo cultural, cada festa e gerou esse resultado, esse relatório número 4. Em seguida, nós temos a análise, então gerou-se muito material, muita informação, mas essa informação pura e simples não é o objetivo do trabalho, claro obviamente é útil, mas todas as análises em função desse material foram feitas, foram apresentadas para as comunidades e para os conselhos gestores e gerou o plano propriamente dito, o relatório final. Também o termo de referência previa uma fase de apresentações e validação de todo material. Nós conversamos já na elaboração do plano de trabalho para que, que não era nossa idéia chegar com tudo pronto, com o plano já definido com os projetos definidos para apresentar e validar para as comunidades, então por isso estas interligações aqui, nós sempre buscamos ficar em contato com os conselhos gestores principalmente com as câmaras técnicas de turismo sustentável para que fossem apresentados tanto os dados secundários como os dados primários, as análises, nós fazíamos reuniões constantes com os conselhos. Como eu falei, a equipe técnica, nós trabalhamos em grande sinergia, a equipe técnica da Secretaria do Verde que é

multidisciplinar, isso contou muito para o trabalho, as análises por diferentes áreas do conhecimento foi bastante interessante. O conselho gestor, cada conselho gestor de cada APA também atuou de forma a analisar, sugerir, incrementar questões a cada fase dos trabalhos, principalmente as câmaras técnicas de turismo sustentável que tinham foco de trabalho bem mais relacionado com os nossos trabalhos, praticamente uma, pelo menos uma vez por mês nós nos reuníamos com as câmaras técnicas e praticamente uma vez por semana nós entrávamos em contato para conciliar essas informações, a equipe de consultores da Ruschmann Consultores e os monitores locais, então aqui é um exemplo da Magda que é proprietária de uma agência de viagens que faz pacotes na região, então nós contratamos os serviços locais, os monitores que também que acompanharam os trabalhos foram da região e um dos grandes benefícios desse projeto foi essa troca de informações, então para nós a expertise deles quanto a área valeu muito, foi muito importante para todas as análises e também por parte deles, essas metodologias repassadas, essas formas de trabalho, por exemplo georeferenciar todas os pontos. O Fernando vai explicar em seguida melhor como se deu esse trabalho de campo. Foi uma troca muito salutar para todos. Como os senhores podem ver, o material foi bastante extenso, o material produzido na forma de relatório, são 2 relatórios com mais de 400 páginas cada um mas além disso o principal é que nós temos um banco de dados que gera mapas, que gera qualquer tipo de informação, um exemplo prático pode ser o tempo que se levaria para socorrer um turista acidentado da cachoeira tal até a primeira unidade de saúde, a primeira UBS, que tipo de atendimento essa UBS tem, são coisas que realmente, que na prática geram a diferença, uma coisa é ter esse relatório de questões técnicas, estanque que está aqui que foi analisado, revisado, e outra é ter esse tipo de informação que é mais ágil e que inclusive o repasse da metodologia de alimentação desse banco de dados foi feito para os nossos monitores locais na APA e então mesmo com o trabalho encerrado da consultoria isso se perpetua na região, qualquer pessoa pode atualizar, levantar esses dados e inserí-lo nesse banco de dados. Eu gostaria de apresentar a estrutura final do relatório do plano. Inicialmente, apresentamos uma análise de conjuntura, buscando os principais documentos sobre turismo no Brasil, em São Paulo e na região. Buscamos relatórios recentes da Fundação Getúlio Vargas, do Ministério do Turismo e uma série de outros documentos buscando se traçar quais são as tendências do turismo principalmente para a região, a crise econômica, de que forma está interferindo na prática de viagens pelos turistas, enfim, a conjuntura bastante atual foi apresentada no primeiro capítulo. Em seguida nós temos uma análise territorial das duas APA's. O grande desafio nessa questão da análise territorial é o recorte da área da APA, as questões brutas por distrito ou por subprefeitura, não nos davam a real noção do trabalho que nós deveríamos fazer da área onde estávamos trabalhando. Uma coisa é a população do distrito inteiro do Grajaú, outra coisa é a população da APA Bororé-Colônia. Esse recorte nos desafiou é claro, nós buscamos uma alternativa de trabalhar por região censitária, distribuindo com as ferramentas adequadas, distribuimos o que estava dentro do território da APA e o que estava fora e buscamos por região censitária os dados do IBGE. Informações como saneamento, abastecimento de água, população entre outros e como sabemos que o censo será realizado no ano que vem novamente estas informações tendem a ser atualizadas de uma maneira mais ágil também no ano que vem. Além disso, foi feito para essa análise territorial a questão da acessibilidade, nós verificamos, o Fernando já referenciou todos os acessos, nós verificamos qual o acesso ideal, se contando por beleza cênica, porque o acesso para o turismo nem sempre é o mais perto é o mais fácil. É aquele que identificamos como o melhor, mesmo que ele tenha uma beleza cênica, ou uma paisagem bonita, que ele tenha os serviços que ele vai precisar até chegar as APA's. Nós analisamos todas as formas de acessibilidade. O terceiro capítulo, que não estava previsto no termo de referência, mas que obviamente quando falamos no planejamento do turismo na região, minimamente teríamos que saber quem são estes turistas que estão visitando a área, as APA's hoje. Nós fizemos nos atrativos principais uma pesquisa com turistas, não com moradores da região, porque vimos que tem um fluxo grande de moradores da região que buscam as cachoeiras, as praias, enfim, mas com as pessoas de fora da região conseguimos traçar um perfil sócio-econômico e das preferências. Um ponto bastante interessante que surgiu dessa pesquisa de demanda, é que o termo "APA" ainda é bastante desconhecido por grande parte dos turistas. Então teríamos que verificar isso, fazer uma sensibilização antes de vender a região ou chamar as pessoas para visitar a APA Bororé-Colônia ou a APA Capivari-Monos, isso foi identificado e foi uma surpresa, porque nem nós conseguimos prever essa situação. O capítulo 4 ele diz respeito a uma análise do produto turístico, basicamente são todos os dados do levantamento de campo, todos os recursos naturais, culturais, os equipamentos de alimentação, hospedagem, de agenciamento, com

uma análise diagnóstica, aquilo que está bom, o que precisa melhorar, pontos críticos. O capítulo 5 apresenta uma análise mercadológica, de que forma as APA's devem ser apresentadas aos turistas, o que chamaria o turista a visitar a APA, para quem a gente deve apresentar ou vender este produto turístico. Por fim o 6º capítulo, um sistema de gestão, quais são as instituições que hoje se relacionam, qual é a forma de relacionamento das instituições que atuam na APA hoje e especificamente para o turismo, como se dá essa gestão do produto turístico e em que pode melhorar e por fim um plano de ação que o Fernando vai apresentar os programas onde nós temos diversas diretrizes com 9 programas e dentro desses programas, inúmeros projetos de curto, médio e longo prazos, com a descrição de justificativa, parceiros prováveis, principais executores, prazos, na verdade é uma cartilha de ações, de projetos que tem um prazo grande de execução mas que atendem todas as necessidades dos produtos turísticos das APA's atualmente. Eu vou passar a palavra para o Fernando para que ele explique tecnicamente como se deu o banco de dados e os trabalhos de campo.

Fernando Henrique Souza (Empresa Hushmann Consultant's): Bom dia, para este trabalho de levantamento principalmente a gente teve a participação como já foi dito dos monitores ambientais, mas o que eu acho que foi muito importante na consecução desse trabalho é que a gente sabe que o turismo, a organização do destino turístico passa muito pela mobilização e pela organização em rede da comunidade que vai estar sendo a comunidade receptora. Na coleta de dados, uma coisa interessante que aconteceu em termos de capacitação foi à capacitação técnica primeiro onde ensinamos algumas técnicas de geoprocessamento para coleta de dados georreferenciado, hoje temos um banco de dados que foi criado por conta desse trabalho, mas principalmente no ato da coleta, uma coisa muito interessante que aconteceu, foi o reconhecimento dos pesquisadores e das pessoas que estavam sendo pesquisadas em relação a refletir sobre o turismo. O ato da coleta e a discussão em campo, gerou esse movimento de refletir como que está o turismo atualmente, como discutir essa questão no próprio levantamento, provocou também situações como pessoas da própria região que não conheciam lugares da região. A gente já não conhece, pois a grande maioria mora no centro, mas pessoas da região que não conheciam por exemplo uma cachoeira de 60 metros que temos dentro da cidade de São Paulo, pessoas da região que não conheciam diversos atrativos e localidades culturais que estão a 500 metros da casa dele. Esse movimento foi bastante importante porque no turismo a gente tem essa necessidade de sensibilização local e de reapropriação dos lugares onde vai ser montada essa estrutura turística, então este banco de dados ele foi montado dessa forma e hoje buscamos integrar então nessa metodologia do Ministério do Turismo e foi repassado esse banco de dados para SPTURIS, e esse banco de dados das 2 APA's passa a ser integrado no roteiro turístico e na metodologia de banco de dados do município. Entramos numa nova realidade de integração desses empreendimentos que estavam lá, longe esquecidos no mapa turístico da cidade. Se a gente pega em qualquer posto de informação turística hoje da SPTURIS a gente vai achar os limites da cidade só até o autódromo de interlagos, depois parece que não tem mais cidade, o banco de dados trouxe esse novo elemento, então a gente está entregando, a SPTURIS passa a conhecer oficialmente essa região da cidade, com dados já referenciados. No levantamento também a gente foi identificar por conta da pesquisa de demanda, existe uma idéia que está estabelecida mais ou menos na nossa cabeça que o turismo seria necessariamente o cara que vai se hospedar na cidade de São Paulo, um estrangeiro principalmente que vai de repente conhecer a Represa Billings ou a aldeia indígena e identificamos que na verdade o que a gente está buscando como turista que está na região, é uma potencialidade que existe no município de São Paulo que é a gente esquece às vezes que somos o principal mercado emissor do hemisfério sul e por conta disso, temos um potencial de emissão e captação de turistas e de pessoas que vão em busca de lazer, de proximidade, estamos dentro de um contexto que a principal demanda, o principal público alvo que estamos buscando seria o próprio paulistano, seria as pessoas da região de São Paulo e esse paulistano hoje, que vai buscar o ecoturismo, que vai buscar atividades de lazer, teríamos como concorrentes diretos pensando em termos de distância, em termos de custos de oportunidades que ele tem para praticar atividades de lazer e de turismo alguns concorrentes que fomos buscar analisar como é que eles podem ser concorrentes desse destino. Então temos as cidades do litoral, as pessoas vão para o litoral, vão gastar uma hora para ir para o litoral, ou as pessoas vão para Atibaia que é um destino de montanha também, que tem atividades e práticas de agroturismo, Juquitiba também que dá uma hora de viagem em média, onde tem atividades também de rafting e de ecoturismo, a cidade de Salesópolis onde tem predominância grande do turismo educacional, então hoje, as escolas de São Paulo quando vão querer fazer uma atividade por exemplo

de educação ambiental discutir a água, elas não vão para a Billings, elas vão para Salesópolis. Não discutimos hoje nos temas transversais das escolas o abastecimento da cidade de São Paulo, em São Paulo, então temos a oportunidade, um amplo espaço de desenvolvimento de atividades voltadas para, esqueci o nome do programa que você citou, o município verde, mas dentro do município verde, o Criança Ecológica. Temos a oportunidade de desenvolver atividades do Criança Ecológica por exemplo, na própria Represa Billings, em toda área da Capivari-Monos, o Rio Capivari em si. Colocamos como um concorrente direto aqui, mas sabemos que ele faz parte de um contexto regional, a Represa Guarapiranga que hoje já está tendo uma valorização por conta do lazer, de atividade de lazer na área, que não está sendo revertida ainda para a Billings. Estamos entendendo que existe por conta do potencial que a Guarapiranga mostrou ter para o turismo náutico e para atividades de lazer, temos a possibilidade de trabalhar esse potencial também do lado da Billings como já é trabalhado de certa forma lá em Santo André e em toda a área ali que é usada à represa naquele lado grande da serra. O que entendemos também, é que como é uma área muito grande, é 1/6 do município, a APA Capivari-Monos, por exemplo, temos um problema de identificação, onde que eu estou entrando na APA? Onde que é a APA? Uma vez que eu estou lá na APA, como que eu consigo informação a respeito do prestador de serviço? Como que eu sei onde que o monitor pode me levar? Como que eu contato o monitor? Como que eu sei, como que eu faço para chegar na aldeia indígena e o que tenho para fazer lá? Se eu estou ali na Interlagos, entrando na Avenida Senador Teotônio Vilela, como faço para acessar APA Capivari-Monos? O que vou buscar lá? Uma coisa que identificamos como importantíssima para distribuição da informação localmente é a implantação de determinadas estruturas que vão dar cara nesse novo território. Uma vez que eu estou atravessando, por exemplo, um portal, eu posso adentrar num novo território onde tenho que estar tendo novas atitudes e que dentro desse espaço eu tenho uma característica diferente, como a gente vê em diversas cidades turísticas, que buscaram adotar isso e principalmente também, como a informação é distribuída internamente, a gente já identificou ou referenciou lugares onde seria interessante instalar postos de informação turística, quiosques na verdade de informação turística, que dão a possibilidade de tanto a pessoa que está indo lá fazer um turismo de um dia conhecer os outros lugares onde ele pode estar indo, quanto da própria população, esse espaço também ser, um espaço de comunicação social onde a própria população pode estar colocando informações e eventos, por exemplo, como vai ter a festa das APA's, como tem a festa do Pinhão, com tem a Colôniafest, esses espaços podem ser aproveitados aí para essa divulgação também. Identificou é que a gente tinha que definir quais são as reais potencialidades desse espaço de lazer da cidade de São Paulo em termos de prioridades. Se identificamos, temos uma demanda potencial para buscar esses espaços, quais seriam as formas desse turismo, então identificamos que principalmente aquela região há um espaço excelente para a prática do turismo educacional. Temos os colégios particulares, estaduais e municipais de São Paulo, eles tem uma prática hoje de fazer estudos do meio de ir para Brotas, ir para Salesópolis, ir para Ilha do Cardoso, para diversos lugares então ali seriam novos espaços onde pode ser feitas essas atividades. O lazer náutico, um desenvolvimento maior do lazer náutico que hoje já ocorre na Guarapiranga, mas voltado para a Represa Billings, todas as ações que a subprefeitura da Capela do Socorro está desenvolvendo de revitalização de toda aquela orla da Billings entrariam desse contexto e aí caberia uma ação mais voltada justamente para o lazer náutico e para desenvolvimento de estruturas para captar esse lazer náutico, as empresas de lazer náutico para aquela região, a cidade de São Paulo é a que comporta o maior número de clubes de cicloturismo do Brasil. As pessoas vão para Atibaia, vão fazer circuitos em diversos lugares e ali a gente tem espaços adequados para montagem de circuitos do cicloturismo, o turismo de aventura e ecoentretenimento que é uma vocação bem clara da região, nesse caso, no plano a gente discute uma série de questões que hoje são importantíssimas para o desenvolvimento dessa atividade, que é a normatização dessas atividades, como são atividades que envolvem riscos, envolvem a segurança do turista, a gente discutiu uma série de diretrizes que são compatibilizadas com as normas da ABNT, que a gente tem no turismo uma discussão bem forte dessa questão de riscos e foram montadas pelo Ministério do Turismo algumas normas da ABNT voltadas para a segurança do turista. Também o lazer voltado para portadores de necessidades especiais, temos a possibilidade de desenvolver naquela região onde identificamos que tem um grande déficit de espaços adaptados, então poderíamos estar trabalhando principalmente nos parques municipais novos que estão sendo implantados ali na APA Bororé, equipamentos voltados para os portadores de necessidades especiais como eles tem um déficit muito grande desse tipo de equipamento, também um item muito importante que identificamos é que

ali já existe uma prática muito forte de atividades da Cultura da Paz, diversas entidades estão buscando aqueles espaços para este desenvolvimento, mas o que vimos é que existe um potencial muito grande para expandir essas práticas, por exemplo com a vinculação da UMAPAZ com a região e a expansão de atividades da UMAPAZ para a região sul e toda a rede que forma a UMAPAZ possam estar aproveitando tanto os sítios quanto os hotéis, quanto as regiões dos parques naturais que estão sendo implantados como espaços de atividades da Cultura da Paz e também uma potencialidade que a gente identificou como importante são os clubes de campo de trabalhadores, quer dizer a gente tem a possibilidade de captar sindicatos, associações, para implantação de clubes de campo de trabalhadores para atividades de lazer do trabalhador da cidade de São Paulo. Temos um exemplo claro ali do clube de campo que está tendo um sucesso relativo que é o do Pão de Açúcar que está na APA Bororé e que tem um clube de campo dos trabalhadores do Pão de Açúcar instalado na APA Bororé, com uma super estrutura, com várias piscinas, tobogã, espaços de lazer, então podemos ter esse foco de captação de colônias de sindicatos e tudo mais para este espaço de lazer da cidade de São Paulo. Identificamos este esquema, aqui este fluxo que está detalhado aqui como um programa, para implantação dessas atividades vimos que temos no diagnóstico uma série de questões que precisam ser tratadas e enfrentadas. A primeira delas é de dificuldade de acesso ao crédito dos empreendedores, estamos numa área que é considerada, a área mais com IDH mais baixo da cidade de São Paulo, os empreendedores também, estamos falando de restaurantes que está com irregularidades fiscal, fundiária e profissional, uma série de sítios empreendimentos que têm esse problema, estamos falando de regiões de mananciais e a questão fundiária é o problema principal, estamos falando de algumas entidades com falta de comprometimento ambiental, posicionamento de mercado difuso, não sabemos exatamente o que estamos vendendo, cada empreendedor estava atuando de maneira esparsa, então o que estamos entendendo e que foi discutido junto com o conselho, é a implantação de um programa integrado do fomento do desenvolvimento sustentável do turismo e da economia verde, então seria uma forma de estar utilizando o turismo como uma ferramenta de operação do conceito de serviços ambientais na região. O conceito de serviços ambientais ele é bastante discutido e bastante trabalhado para a região dos mananciais, mas esse modelo seria uma proposta de operacionalizar o conceito de serviços ambientais através da certificação dos empreendedores que se comprometam dentro de um código de conduta sustentabilidade, aderir a um programa com código conduta de sustentabilidade para busca de regularização fundiária e busca de compromissos ambientais, o município em contrapartida estaria disponibilizando para esse empreendedor e para essa associação de monitores, por exemplo, a possibilidade e facilidade de acesso ao crédito e a isenção fiscal que são os dois problemas principais para viabilização dos empreendimentos na região, então um dos detalhes que a gente tem aqui no relatório é, por exemplo que o FEMA ele possa ser utilizado como um fundo de aval para o processo possível ao crédito dessas entidades e talvez uma discussão em cima desses modelos, de transformação dessa busca por regularidade fiscal e busca regularidade fundiária em benefício para os empreendedores. E para finalizar, esse plano ele foi montado com diretrizes, programas e projetos que estão agrupados em alguns temas. A diretriz principal do plano é garantir a conservação do ambiente natural considerando as particularidades e conflitos da região dos mananciais da região metropolitana de São Paulo por meio do desenvolvimento do turismo sustentável e da utilização do princípio de serviços ambientais. Promover a capacitação e o envolvimento da comunidade local, então isso é um programa que está destrinchado em projetos, promover acessibilidade, melhorar a qualidade da infra-estrutura básica e turística, assim tem uma série de projetos que estão sendo propostos aqui nesse programa por exemplo, projetos de paisagismo em determinados locais, sabemos que o turista vai onde, nos lugares que são bonitos, vai buscar o belo então estamos propondo alguns projetos de paisagismo em determinados lugares, em determinadas vias. Valorização da cultura local através de alguns programas de captação de recursos para projetos que trabalham essa questão, programas de utilização sustentável dos atrativos naturais, programa de resgate da cultura, de melhoria da infra-estrutura básica, de ampliação e adequação dos empreendimentos de equipamentos e serviços turísticos, para as normas da ABNT do Ministério do Turismo, programa de melhoria de acesso, desenvolvimento institucional, de marketing turístico que focamos bastante no uso da marca da APA Capivari-Monos para os empreendimentos certificados dentro daquele programa que mencionei. Programas de conscientização turística ambiental das comunidades locais e programas de qualificação de recursos humanos do setor de turismo. Esses projetos, esses programas da forma como eles estão detalhados, estão referenciados e prontos para, por exemplo, o município ter a viabilidade de captação

de recursos do Ministério do Turismo com referência e com base nesse estudo, então o município, a Secretaria do Verde com uma articulação com a SPTURIS, por exemplo, pode viabilizar determinados projetos que estão listados aqui e projetos que a comunidade vai produzir referenciado no estudo com programas do Ministério do Turismo ou outras formas de captação que a gente identificou como possíveis aqui para esses programas. Então é isso, obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Eu queria agradecer as pessoas que se colocaram, então está aberto para a fala dos conselheiros, Moliterno, Emirene. Moliterno. O volume completo desse estudo vai estar disponível aqui na biblioteca da UMAPAZ para quem tiver interesse, então eu pediria para as pessoas ficarem aqui com a gente. Anita, ajuda organizar, porque as perguntas vêm e a gente responde em bloco.

Cons. Marcos Moliterno: Eu gostaria de parabenizar o trabalho que foi feito, eu imagino as dificuldades que vocês enfrentaram que não foram poucas, mas eu vou fazer dois questionamentos com base na minha experiência de turista. A minha pergunta é dirigida para o Fernando. Nas potencialidades, tirando a alusão ao clube de campo dos trabalhadores, que eu acho que devia ser só clube de campo, mas tem duas questões que me preocupam. Uma, eu discordo de você que o turista procura o belo, turista procura serviço. São vários serviços, cenário todo mundo tem, não é isso que vende, eu acho que é serviço e dentro disso, me preocupa muito uma área como aquela. Uma situação que eu vivi há 35 anos atrás, eu fui visitar Foz do Iguaçu com a minha família, só não fomos assaltados porque escapamos no último minuto, e é uma área que propicia muito isso, e eu não vi no estudo de vocês nenhum aspecto relativo à segurança, que é necessária. Você tem que imaginar que vai estar lá uma família com crianças, com não sei o que, e vai ter todo tipo de gente, com boas e más intenções, então nesse detalhe eu queria só que você depois desse uma atenção nisso, por favor.

Cons. Emirene: Bom dia, eu gostei muito da apresentação, parabéns e eu gostaria de lembrar aqui que a Fundação Paula Souza vai instalar várias escolas técnicas em CEUs no período noturno. Então minha sugestão é que se instalasse uma escola técnica, via Fundação Paula Souza voltada ao ecoturismo no CEU Parelheiros que fica próximo da região, vamos ver se dá certo, que eu acho que é bom ver, obrigada.

Cons. Iervolino: Em se tratando de uma área de proteção ambiental, qual foi o critério usado para implementação de equipamento como clube de campo, e a segunda seria acho que também para a representante da Secretaria, se esse projeto poderia ser levado também para as outras APA's do município de São Paulo?

Coordenadora Helena Magozo: Então vamos para as respostas. Fernando.

Fernando Henrique Souza (Empresa Hushmann Consultant's): Só para ressaltar essa questão do belo, que quando colocamos isso é principalmente na questão de padronização estética que nos preocupamos porque a gente está falando de unidade de produto turístico, temos um capítulo que a gente estamos discutindo aí sobre o marketing, buscamos essa questão da unidade do padrão estético, principalmente trabalhando com construções sustentáveis e trabalhando com padrões arquitetônicos sustentáveis e tudo mais. Em relação aos serviços, acho que uma coisa foi o foco principal do trabalho, o turista vai buscar serviços, o que buscamos focar o trabalho, que temos uma informalidade muito forte na área e isso não pode ser negligenciado, então o que buscamos ressaltar no diagnóstico é a necessidade clara de uma atuação tanto do SEBRAE na questão da regularização e tudo mais, quanto da possibilidade do município estar trazendo para esse empreendedores a possibilidade de entrar na formalidade via isenção fiscal e via acesso ao crédito. Temos aí uma ação da Secretaria do Trabalho de micro crédito para a região que ressaltamos bastante aqui no desenvolvimento do plano que é a necessidade de que esse programa de micro crédito precisa ser totalmente voltado para a área de turismo ali na região e ampliado na região porque para o empreendedor prestar um serviço hoje ele tem necessidade de ter acesso ao crédito senão ele não consegue, por exemplo, numa festa como Colôniafest, que vem pessoas de até de outros países, estar preparando seu empreendimento para poder prestar um serviço adequado, o monitor ambiental ou agente receptivo poder estar montando um caixa para preparar a sua alta estação, então nesse sentido que o plano trabalhou bastante isso.

Em relação à segurança, um dos itens aqui, é que não citamos na apresentação, foi justamente o plano de segurança que no nosso entender, na região, ela está muito vinculado à participação que existe tanto da guarda ambiental, estamos falando de áreas que tem, que envolve o parque estadual, quanto da guarda civil metropolitana no conselho e assim a atenção que a guarda civil metropolitana pode dar efetivamente para manter o que já teve, já existiu e hoje está numa coisa meio corda bamba, de manter as bases que tem na Bororé-Colônia e Capivari-Monos. Então esse efetivo realmente precisa ser reforçado ali e mantido e não retirado da entrada da Bororé-Colônia para desenvolvimento do turismo. Então o que eu acho que a força que esse estudo trás é para que de repente, a Secretaria do Meio Ambiente possa vir a fazer um lobby e trabalhar junto com a Guarda Civil, para mostrar a importância real da Guarda Civil.

Anita Correia de Souza Martins: Eu queria complementar um pouco a informação do Fernando sobre a Guarda. Na APA Capivari-Monos, nós tínhamos a cerca de dois anos e meio atrás, duas bases da Guarda Civil Metropolitana, que ainda não era a Guarda Ambiental, ela foi regulamentada e criada legalmente, instituída pelo Prefeito no começo desse ano e existe um posto no bairro da Barragem. É um bairro central da APA Capivari-Monos, existe uma base da Guarda Ambiental, como o Fernando já mencionou, ela integra o Conselho Gestor das duas APA's. Além disso, existe uma negociação forte da Secretaria junto a Secretaria de Governo que é quem comanda a própria Guarda Civil Metropolitana de instalar definitivamente uma base também na APA Bororé, ali na entrada, justamente no acesso a APA Bororé através da balsa. Existem duas casas que foram cedidas pela EMAE a Secretaria do Verde no ano passado e a gente está em tratativas com o Secretário Ortega para regulamentar essa base e impedir um série de problemas que de fato existem ali, quem conhece a região conhece, a gente passa de uma área urbanizada de baixo padrão com todos os problemas de segurança, pobreza, exclusão social que existe, para uma área com características completamente diferentes quando a gente passa de um lado da balsa do Grajaú para o outro lado e ali a presença da guarda seria fundamental, a gente vem tratando isso de uma maneira bem estreita com a Secretaria de Governo e, eu espero que esse Conselho nos auxilie nessa oitiva junto a essa secretaria para que essa base se estruture porque a sua colocação foi perfeita, sem isso a visitação fica extremamente comprometida, essa região tem e a gente procurou trabalhar isso bastante na contratação, já uma imagem vinculada a questão de violência, porque é uma área periférica, com IDH realmente o mais baixo da cidade e a gente tem que trabalhar isso senão não adianta pensar nessa visão de plano de planejamento de futuro e a gente vem trabalhando isso inclusive nas câmaras técnicas de fiscalização que existe principalmente na APA Capivari-Monos. O, Sr. Ângelo fez uma pergunta sobre a possibilidade da gente levar esse programa, esse trabalho, esse plano que foi desenvolvido aqui para as duas APA's, APA Capivari-Monos e Bororé, para outras APA's existentes no município, ocorre que as duas outras APA's que existem, três, que existe atualmente, que são a APA da Várzea do Rio Tietê que ela é composta pelo município de São Paulo e outros doze municípios, porção do município de São Paulo e os outros doze municípios, mas é uma área de proteção ambiental assim como as outras duas existentes, que é a APA do Carmo e a APA do Iguatemi, elas são APA's estaduais, então elas são geridas pela Fundação Florestal de São Paulo. A prefeitura de São Paulo ela compõe o conselho gestor dessas unidades. De que forma então a gente atua? Atuando nos Conselhos da APA da Várzea do Rio Tietê, eu represento a prefeitura de São Paulo nesse Conselho Gestor., Agora, por conta do processo de transferência da gestão dessas áreas de proteção ambiental da secretaria para a Fundação Florestal, os trabalhos foram comprometidos, as pessoas que participam sabem muito bem disso, os projetos foram deixados de lado e agora estão sendo retomados, planos de manejo inclusive das unidades estão sendo retomados, mas tem uma gestora nova muito bacana que nós estamos em contato em função da implementação de um parque natural, que é o Parque Natural do Carmo que vai ocupar praticamente 2/3 da área protegida existente na APA do Carmo. E nós estamos iniciando este trabalho com um gestor novo e com estreitamento de relação com a nova gestora desta APA estadual que é a Fernanda, para que possamos desenvolver esse tipo de atividade na região. Esse parque vai ser e vai ancorar atividades desse tipo, mais voltadas para educação ambiental, porque é uma unidade de proteção integral, e teremos a possibilidade efetiva de investir recursos da Prefeitura de São Paulo, porque enquanto a APA é estadual, nós, por exemplo, não podemos fazer uma licitação desse tipo para estas APA's, elas são geridas pelo Governo do Estado. Na APA do Carmo, em função da implantação do Parque Natural do Carmo e da existência do Parque do Carmo urbano ali do lado, a gente vai conseguir desenvolver essa atividade de uma forma mais satisfatória e agora no momento da elaboração do Plano de Manejo, que a gente deve

começar a fazer com recursos inclusive de compensação do Expresso Tiradentes, a gente vai conseguir trabalhar a questão do turismo ali na região leste, nesse pedacinho pelo menos e nessa APA que é estadual.

Cons. Ângelo Iervolino: Qual foi o critério das implantações dos clubes de campo já que é uma APA de Proteção Ambiental?

Leandro de Oliveira Caetano: Tem um grande número de clubes já existentes na região e a maioria deles estão abandonados e sendo vendidos. O SUDAMERIS, por exemplo, tem KIBON, uma área recém adquirida pela SABESP que é o clube da Marley, antiga Metal Leve. Têm muitos clubes que num passado recente estavam em funcionamento e hoje não mais. Na verdade não é só um critério, esse é um deles, o mais forte. Que seria incentivar que esses clubes fossem adquiridos, fossem reestruturados, voltassem a gerar trabalho, porque uma das maiores reclamações das pessoas que nós conversamos mais antigas da região, eles falam, "poxa é tão legal quando tinha aquele clube lá, a minha família trabalhava lá", é uma fonte de geração de renda, também para a comunidade local não ter que se deslocar 3, 4 horas de viagem para um trabalho em uma região mais central e trabalhar com o que tem na região, sendo que hoje está lá áreas que estão de certa forma abandonadas, esse é um primeiro critério.

Cons. Ângelo Iervolino: Novos clubes estão abertos. Nós falamos isso porque sabemos que em área de proteção ambiental, toda intercorrência que houver, tem que verificar os danos que vão ocorrer no equipamento, então a preocupação maior seria essa.

Leandro de Oliveira Caetano: Sem dúvida, é difícil falar tudo o que vem sendo trabalhado num único encontro, assim, a gente detalhar passo a passo, por isso que geram às vezes dúvidas referenciais que são extremamente pertinentes, mas o trabalho é todo articulado, ele é todo casado com outras ações, por exemplo, na questão da segurança, o diagnóstico, inventário e plano de turismo ele é mais uma ferramenta que o conselho gestor utilizará, mas não desvinculadas das câmaras técnicas, por exemplo, que a Anita citou, que é de infra-estrutura e saneamento ambiental e também a de fiscalização e monitoramento ambiental, para poder estar sempre trabalhando em conjunto, esses critérios que o Sr. colocou também serão sempre levados em consideração, o zoneamento da própria APA, a própria questão das leis de mananciais, tem a Olga Gross, por exemplo aqui que é da SEMPLA, que agora mudou de nome é a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, não é Olga? Ela é Conselheira da APA Capivari-Monos, Representante da Secretaria de Planejamento e assim ela sabe muito bem do que estamos falando, sempre que leva para o conselho alguma questão relacionada à implantação de um novo empreendimento ou mesmo qualquer tipo de intervenção no território, a gente vai discutir em relação ao zoneamento, as leis, se estiver na Bacia da Billings a lei específica da Billings e todas as outras questões a legislações que é pertinente a região. A Emirene colocou sobre a questão da Paula Souza. Estamos com tratativas com o Paulo Deloroso que é o gestor do CEU Parelheiros. E uma das intenções dele realmente é ter os cursos técnicos, e essa parceria, esse convênio, não sabemos qual tipo de ação vai ser tomada com o Instituto Paula Souza vai ser extremamente bem aceito, Nós já nos colocamos até enquanto conselho gestor, favorável a ajudar na definição de conteúdo programático, não sei se tem alguma coisa lá.

Cons. Emília Emirene Nogueira: Eles já têm curso de turismo.

Leandro de Oliveira Caetano: Já tem o curso de turismo, não é?

Cons. Emília Emirene Nogueira: Algumas escolas técnicas que já tem o curso de turismo.

Leandro de Oliveira Caetano: Mas está sendo feito as tratativas. Temos inclusive um primeiro curso em andamento lá região, que é o Técnico em Meio Ambiente. Dentro do programa de jovens da reserva da Biosfera, está sendo formada a primeira turma na região. Vilma?

Cons. Vilma Clarice Geraldi: Eu gostaria de parabenizar, porque nós trabalhamos muito nessa área e acho que, basicamente tudo que vocês falaram é o que nós temos como expectativa para que aquela

área seja consolidada e preservada. Entretanto, aproveitando aqui a oportunidade e a presença de Representantes da Secretaria Municipal de Transportes, nós temos muitos trabalhos diários, então atualmente temos equipes que vai e volta todo dia. Eu lamento assim, mas não dá para pensar em fazer turismo se você fica exausto no transporte. Eu não sei se é porque nós vamos de Kombi, mas eu não sei se ir de carro facilita, eu acho que não, e eu não sei se isso foi considerado, muito obrigado.

Anita Correia de Souza Martins: Realmente isso é um problema que passamos. Inclusive eu acredito às vezes quando as pessoas muitas vezes chegam a na nossa Divisão “mas não tem ninguém aqui? Temos que sair 7 horas da manhã para chegar lá às 9 e meia, sair de lá às 6 horas às vezes para chegar às 9 horas. Então na nossa divisão às vezes as pessoas olham e falam “mas onde estão essas pessoas?” No trânsito de São Paulo. É horrível, os acessos são muito ruins, realmente, muito trânsito, houve umas duplicações da Avenida Interlagos, mas enfim, é um problema chegar lá. O que a Doris acabou de colocar, é que existem possibilidades de pernoite na região, elas utilizam, eu coloquei que vocês utilizam.

Cons. Vilma Clarice Geraldi: Inclusive em uma das solturas de bugios que a gente faz na região, recentemente um dos empresários que faz ecoturismo, ele falou, “olha eu gostaria de pedir a palavra porque vocês soltaram alguns anos e hoje em dia os animais são atrativos e vira referência e tal”, mas sim é verdade, a gente fica 2 horas no trânsito, no mínimo.

Fernando Henrique Souza: Temos um capítulo que está voltado principalmente para esta questão de acesso e realmente foi muito trabalhada essa questão, estamos prevendo e discutindo duas coisas. Temos a questão do acesso da balsa que é um problema muito sério. Buscamos discutir com o pessoal da Capela do Socorro, quais são as diretrizes da urbanização da Orla da Billings. Essa questão da abertura, ali e da desobstrução do acesso da balsa foi totalmente focado, porque se você tem que esperar 2 horas para você pegar a balsa, você não vai. Nós inclusive no diagnóstico, vários empreendedores que não conseguiram fazer reservas no verão porque as pessoas desistiam, chegavam na balsa e ficavam paradas.

Coordenadora Helena Magozo: Eu acho que tem um capítulo e aí que tem uma relação com a Secretaria de Transportes que precisamos tocar, temos esse caso também na Anhanguera. São alguns casos que precisamos tocar de uma forma muito Intersetorial, porque senão uma política acaba interferindo até impeditiva na outra. Badra e o Giovanni, por favor.

Cons. Jorge Badra: Só queria entender melhor o seguinte, me parece que a APA é do Governo do Estado, então até perguntei para o companheiro que é o gestor, que tem uma sobreposição até de interesse porque se é do governo do estado e o município vai fazer a gestão, parece que está tendo um conflito de interesses e sendo que o governo do estado tem muito mais caixa do que o município, me parece que essa questão de acessibilidade e tudo mais, acho que teria que ter um investimento realmente maciço porque, que a região lá está abandonada há muito tempo, eu quando era moleque ficava lá naquele clube Santa Mônica, que nem sei se existe ainda e na época eu lembro, era uma aventura, então você imagina, eu morava na Penha, para chegar lá naquela época, não tinha ainda as marginais, para você ter uma idéia, então você gastava em média 3 horas e meia, 4 horas e meia, 5 horas para você chegar lá e naquela época meu pai tinha uma Rural Willis daquelas antigas que saiu e o único jeito de você chegar passar naqueles buracos era dessa forma. Acho que a cidade cresceu, aquilo ficou isolado, então se não tiver um investimento forte dentro dessa linha, o trabalho está lindo, maravilhoso acho que tudo isso aqui é lindo, só que tem um detalhe gente, isso para mim hoje é utopia, como é que vira realidade? É botando dinheiro, chamando inclusive não só o município, o governo do estado, mas a sociedade civil e os empresários também, você tem muita área lá para você investir muita coisa. Infelizmente os clubes no passado, todos estão à venda. Eu recebi, e-mail esses dias, o clube que era da Caixa Econômica Federal, que é para os funcionários que é praticamente uma ilha, vocês conhecem, lá? Conhecem? Têm 3.000 metros de área construída, a propriedade é linda, maravilhosa, mas para vocês ter uma idéia, está a venda por um milhão, porque aquilo está abandonado. Esse preço é irrisório, um milhão pela propriedade. Acho até que aquilo com potencial para turismo e para outras coisas, Eu acho que teria que estar chamando todo esse pessoal para estudarmos isso com mais carinho, porque a área é linda, maravilhosa. Acho que a cidade merece

estar preservando, mas só o Município e só o Governo do Estado, se não tiver a mão do empresário que sabe gerir a coisa também, eu acho que a coisa, vai continuar, nós vamos passar mais, isso aí que eu estou falando para vocês de mais ou menos 40 anos atrás. E me parece que teremos mais 40 anos e a estória vai continuar. O grande problema lá é acesso, naquela época para você atravessar a balsa í do Bororé já era uma encrenca, hoje por menos de 2 horas e meia num sábado de manhã você não atravessa. Então acho o seguinte, quem não conhece vá conhecer a região tem coisas lindas, maravilhosas, o que pega mesmo hoje, é o lixo que está sendo jogado no meio da rua, continua igual. O pessoal também jogando lixo. Até uns 2, 3 anos atrás, foi à última vez que eu estive lá, o pessoal jogava o lixo a céu aberto. Nós vamos ter que fazer um trabalho firme de investimento não só do Município, não só do Governo do Estado. Me parece que a colega tocou no ponto nevrálgico, se não tiver acessibilidade, não tem como chegar, então como você vai falar em turismo para o cidadão, se para conseguir atravessar a balsa tem que ficar 2 hora., se gastou mais de uma hora para chegar, então isso é impossível. Então ele vai pegar uma dessas rodovias, o eixo Anhangüera/Bandeirantes qualquer rodovia, vai chegar com certeza ao destino, então aquela uma hora e dez que foi colocada aqui pelo colega, na realidade não é uma hora e dez, se eu demoro 2 horas só para atravessar a balsa.

Coordenadora Helena Magozo: Está bom, Badra. Já está claro. Giovanni, por favor.

Cons. Giovanni: Nessas áreas onde têm Área de Proteção Ambiental, é claro que a acessibilidade é importante, só que uma preocupação que vem junto com a melhoria da acessibilidade é toda uma estratégia para impedir que essa acessibilidade se torne um vetor de invasões, de ocupação irregular. Você vai traçar essa acessibilidade, vai criar novos viários. Como será a estratégia para você impedir esse crescimento, se essa região está protegida, inclusive participamos de diversos projetos que torna difícil essa acessibilidade, exatamente ao contrário, para que dificulte essa invasão, têm certos viários que estamos investindo ou que estava planejado, neste caso pedimos para retornar, exatamente para ajudar a Subprefeitura a coibir. Foi citado a Secretaria Municipal dos Transportes que tem o colega aqui, que talvez ele queira fazer alguma observação, mas isso deve vir compatibilizado com esquema de segurança, subprefeitura, etc...

Coordenadora Helena Magozo: Por favor, rapidamente para podermos encerrar, fale no microfone.

João Batista: Dá licença, eu sou da Cidade Tiradentes e conselheiro do Parque Vila do Rodeio. A minha preocupação não é só questão do parque Vila do Rodeio, estamos tendo problemas. Precisamos do aumento do efetivo da segurança, porque principalmente as mulheres que fazem caminhadas nas trilhas estão sendo atacadas. Têm pessoas que vão para lá se drogar e que atacam principalmente as mulheres nas trilhas. Então nós precisamos de um aumento da segurança. Eu falei com o Hugo que é o Administrador e ele falou que infelizmente a segurança que ele tem é muito pouca então precisa ter aumento efetivo da segurança. A outra questão grave que está acontecendo na Cidade Tiradentes é a questão da Fazenda do Carmo, que está sendo ocupada, invadida pelos evangélicos fazendo culto lá a noite toda, fazendo trilhas, queimadas e expulsando os morcegos do seu habitat natural, 32 pessoas já foram mordidas por morcegos, está sendo invadido seu habitat. Temos a preocupação principalmente na questão de raiva na região e isso é grave. Então precisaria que a Secretaria do Verde municipal entrar em acordo com o Estado porque lá é área de proteção estadual para entrar em entendimento na questão da segurança para evitar que males piores aconteçam. A questão principalmente da raiva, caso venha acontecer, e aumentar o efetivo da segurança nos parques porque o usuário tem prioridade para fazer suas caminhadas.

Coordenadora Helena Magozo: Obrigado pelo registro. A Anita queria falar alguma coisa em relação a fala do Sr. João Batista.

Anita Correia de Souza Martins: Eu quero fazer uma colocação sobre o Parque Natural Fazenda do Carmo, que é o parque que eu comentei agora a pouco e que está inserido na APA estadual, já temos um efetivo de segurança, um contrato a partir da implantação que 35 vigilantes estão atuando na região, com 4 bases temporárias, agora elas vão passar por um processo de fixação com a construção de uns quiosques pelas bases setoriais e identificamos sim, está cadastrando todos esses religiosos que tem entrado na área, tivemos uma diminuição drástica desde o início do trabalho desses vigilantes no

final do ano passado até agora, estamos em contato com a Secretaria da Saúde, com a UBS próxima ali a Gleba do Pêssego e isso está sendo controlado, mapeado e agora vamos desenvolver um trabalho, um programa de educação ambiental junto a esses grupos específicos. Ontem estivemos no SESC Itaquera para buscar uma parceria para o desenvolvimento desse programa para trabalhar justamente com esses grupos. Sabemos que é uma ameaça, que é muito perigoso e também tem o reverso que estas pessoas adentram a mata, queimam, cortam a vegetação, então tem sido um problema para todos, mas que temos trabalhado com essa vigilância privada e a gestão do parque.

Caroline Bordini: Só gostaria de citar que tem algumas coisas que dizemos, a mais está contemplado, ah mas está ali, toda a dificuldade que é realmente fazer um resumo dessas 800 páginas de trabalho desse 1 ano de trabalho nesse período, então o documento está a disposição e nós também nos colocamos a disposição para qualquer dúvida, para qualquer esclarecimento futuro.

Coordenadora Helena Magozo: Eu queria agradecer a presença de todos e de todas e dar por encerrada a reunião, muito obrigada. Sourak, pós término.

Cons. Sourak Aranha Borralho: Na realidade só gostaria de registrar e convidar os conselheiros, a Assembléia Legislativa está fazendo uma homenagem aos 20 anos do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais, o IBAMA, certo? E gostaríamos de convidar todos os conselheiros as 10 horas na segunda-feira na Assembléia Legislativa vamos ter uma sessão solene e esse convite eu gostaria de pedir a colaboração aqui do CADES, eu vou passar ele via digital e para estar sendo reenviado para os conselheiros. Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Obrigado!

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – CADES
Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Conselheiros Presentes:

ANGELO IERVOLINO	MARCOS MOLITERNO
ALEJANDRA MARIA DEVECCHI	MARIA REGINA BRAGA LAGONEGRO
ANTONIO CUNHA DO N. HEITOR	PEDRO LUIZ FERREIRA DA FONSECA
CARLOS EDUARDO CAMARERO THOMAZ	PEDRO PEREIRA EVANGELISTA
DIRCE CARREGÃ BALZAN	RAIMUNDO N. FERREIRA FILHO
E. EMIRENE NOGUEIRA	REGINA LUISA F. DE BARROS
FERNANDO SALLES	SOURAK ARANHA BORRALHO
FRANCISCO J. CALHEIROS R. FERREIRA	VERA LÚCIA A. CARDOSO ALEGRO
GIOVANNI PALERMO	WALTER LUIZ VENDRAMIN
JORGE JAMAL AYAD BADRA	

Conselheiros com justificativa de ausência:

FERNANDA FALBO BANDEIRA DE MELLO / LUIZ OLIVEIRA RAMOS / MARCO ANTONIO BARBIERI / YARA TOLEDO

Conselheiros Suplentes presentes:

BEATRIZ FABREGUES / BENEDITA ROSA DE OLIVEIRA / HAROLDO DE BARROS FERREIRO PINTO / JOSÉ CARLOS ANDERSEN / RITA DE CÁSSIA OGERA / RODRIGO BORDALO RODRIGUES / VILMA CLARICE GERALDI /

Coordenadora Geral:

HELENA MARIA DE CAMPOS MAGOZO